



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2012

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO – BTR

Líder: Deputado Lafayette de Andrada
Vice-Líderes: Deputados Duarte Bechir, Fred Costa, João Vítor Xavier, Rômulo Viegas e Deputada Luzia Ferreira

BLOCO AVANÇA MINAS – BAM

Líder: Deputado Tiago Ulisses
Vice-Líderes: Deputados Duílio de Castro, Hely Tarquínio, Rômulo Veneroso

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

Líder: Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes: Deputada Maria Tereza Lara e Deputados Paulo Lamac e Ulysses Gomes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes:

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT

Líder: Deputado Sargento Rodrigues
Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Pompílio Canavez

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Bonifácio Mourão
Vice-Líderes: Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Leonardo Moreira, Luiz Henrique e Neider Moreira

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Lafayette de Andrada
Deputado Neider Moreira

BAM	Presidente
BAM	Vice-Presidente
BTR	
BTR	



Deputado Fred Costa	BTR
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Ivair Nogueira	PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antonio Carlos Arantes	BAM
Deputado Hely Tarquínio	BAM
Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Sebastião Costa	BTR
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Bruno Siqueira	PMDB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	PT	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	PT	Vice-Presidente
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	PT
Deputado Paulo Lamac	PT
Deputado Hélio Gomes	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BAM	
Deputado André Quintão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Neider Moreira	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BAM
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	



Deputado Tenente Lúcio PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes PT
Deputado Neilando Pimenta BTR
Deputado Luiz Henrique BTR
Deputado Tiago Ulisses BAM
Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Wilson Batista BTR Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT Vice-Presidente
Deputada BTR
Deputado Marques Abreu BTR
Deputado Elismar Prado PT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hélio Gomes BTR
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Fabiano Tolentino BTR
Deputado Carlos Mosconi BTR
Deputada Maria Tereza Lara PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros BAM Presidente
Deputada Liza Prado BAM Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro BAM
Deputado Carlos Henrique PRB
Deputado Antônio Júlio PMDB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio BAM
Deputada Rosângela Reis BAM
Deputado Antônio Lerin BAM
Deputado Vanderlei Miranda PMDB
Deputado Sávio Souza Cruz PMDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo PT Presidente
Deputado Paulo Lamac PT Vice-Presidente
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Rômulo Viegas BTR
Deputado Duarte Bechir BTR

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara PT
Deputado Pompílio Canavez PT
Deputado Carlos Pimenta PDT
Deputado Célio Moreira BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputada	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Glaycon Franco	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	PT	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Bruno Siqueira	PMDB	
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado André Quintão	PT	
Deputado Carlos Pimenta	PDT	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	BTR	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado João Leite	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	
Deputado Rogério Correia	PT	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputada Delvito Alves	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Juninho Araújo	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BAM	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Doutor Viana	BAM	
Deputado Carlos Henrique	PRB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	
Deputado Antônio Júlio	PMDB	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	PT	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BAM	
Deputado Romel Anísio	BAM	
Deputado Tiago Ulisses	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duílio de Castro	BAM	
---------------------------	-----	--



Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputado Antônio Lerin	BAM
Deputado Rogério Correia	PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputada Lafayette Andrada	BTR
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Gilberto Abramo	PRB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses	BAM
Deputado João Leite	BTR
Deputado Bosco	BTR
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi	BTR	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	BAM	Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Glaycon Franco	BTR
Deputado Doutor Viana	BAM
Deputada Luzia Ferreira	BTR
Deputado Fábio Cherem	BTR
Deputado Almir Paraca	PT

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite	BTR	Presidente
Deputada Maria Tereza Lara	PT	Vice-Presidente
Deputado Zé Maia	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira	BTR
Deputado Durval Ângelo	PT
Deputado Célio Moreira	BTR
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado Tenente Lúcio	PDT

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis	BAM	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT	
Deputado Juninho Araujo	BTR	
Deputado Pompílio Canavez	PT	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo Veneroso	BAM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BTR	
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	
Deputado Sávio Souza Cruz	PMDB	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	PMDB	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BAM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	PRB	
Deputado Carlin Moura	PCdoB	
Deputado Fábio Cherem	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BAM	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB	
Deputado Ulysses Gomes	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BTR	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB	
Deputado Pompílio Canavez	PT	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BAM	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	PMDB	
Deputado Paulo Lamac	PT	
Deputado Hely Tarquínio	BAM	



Deputado Romel Anízio BAM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Mosconi	BTR
Deputado Fabiano Tolentino	BTR
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR
Deputado Antônio Júlio	PMDB
Deputado Rogério Correia	PT
Deputado Antônio Carlos Arantes	BAM
Deputado Rômulo Veneroso	BAM

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2012

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: do Deputado Fred Costa, comunicando sua ausência do país de 28 de abril a 6 de maio, ocasião em que estará representando a Assembleia Legislativa na WasteExpo de Resíduos Sólidos da América do Norte (4/5/2012); ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; do Sr. Roberto Tykanori Kinoshita, Coordenador da Área Técnica de Saúde Mental do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; dos Srs. Ivo Borges de Lima, Diretor-Geral em exercício da ANTT; Carlos Augusto Grabois Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; José Sarney, Presidente do Senado Federal; Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social (28/4/2012); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil (27/4/2012); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil; dos Srs. Fábio Pimenta Esper Kallas, Subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Ciência e Tecnologia; Elmiro Nascimento, Secretário de Agricultura; Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Meio Ambiente (10/4/2012); Pedro Angelo Almeida Abreu, Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Cássio Soares, Secretário de Desenvolvimento Social; Octacílio Machado Júnior, Presidente da Cohab Minas; Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; Eloi Ferreira Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares (5/4/2012). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do Deputado André Quintão (27) em que solicita seja encaminhado ao Diretório Acadêmico da Uemg de João Monlevade convite para que seus representantes participem das audiências públicas de revisão do PPAG 2012-2015 previstas para este ano, bem como cópia da correspondência encaminhada pelo Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais em que informa sobre as prioridades para a reestruturação física do câmpus; seja encaminhado à Fundação Nacional do Índio - Funai -, ofício solicitando o agendamento de audiência entre os representantes da Fundação e membros da Comissão para tratar da situação dos povos indígenas do Estado; seja encaminhado à Funai pedido de providências para a garantia de resolubilidade



no acompanhamento e no atendimento às demandas dos povos indígenas de Minas Gerais pela coordenação regional dessa Fundação no Estado; seja encaminhado à Funai ofício solicitando especial atenção no encaminhamento dos processos de demarcação de terras e de regularização fundiária dos territórios das comunidades indígenas no Estado; seja encaminhado à Funai pedido de providências para a finalização do estudo antropológico da comunidade indígena caxixó, no Município de Martinho Campos; seja encaminhado à Funai pedido de informações sobre as atividades dessa Fundação relacionadas à manutenção das manifestações culturais dos povos indígenas, notadamente os de Minas Gerais; seja encaminhado à Coordenação Regional de Governador Valadares da Funai pedido de informações sobre a elaboração do estudo antropológico da comunidade indígena krenak, no Município de Resplendor; sejam encaminhados à Coordenação Regional de Governador Valadares da Funai, ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Minas Gerais e Espírito Santo da Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai - do Ministério da Saúde e à Coordenadoria Estadual de Saúde Indígena da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais ofícios solicitando a realização de visita técnica conjunta desses órgãos à comunidade indígena tuxá, em Pirapora, para avaliar a situação de saúde dessa comunidade; seja realizada visita à comunidade indígena tuxá, em Pirapora, com a presença de representantes da Coordenadoria Estadual de Saúde Indígena da Secretaria de Estado de Saúde, do Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde e da Coordenação Regional de Governador Valadares da Funai, para conhecer a situação dessa comunidade; seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Saúde Indígena da Secretaria de Estado de Saúde pedido de informações sobre a conclusão da obra na unidade básica de saúde da aldeia indígena Pataxó, no Município de Carmésia, bem como sobre a implementação de ações de atenção básica em saúde nessa comunidade; seja encaminhado à Coordenadoria Estadual de Saúde Indígena da Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a efetiva oferta de transporte para a atenção em saúde aos indígenas usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado; seja encaminhado ao Ministério da Saúde ofício solicitando o agendamento de audiência entre representantes do Ministério e membros dessa Comissão para tratar da situação da saúde dos povos indígenas do Estado; seja encaminhado ao Ministério da Cultura pedido de informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério relacionadas à manutenção das manifestações culturais dos povos indígenas, notadamente os do Estado; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a abertura de canais institucionais de interlocução com o Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais - Copimg - para a definição de ações relativas à manutenção e fortalecimento das manifestações culturais das comunidades indígenas do Estado; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que seja dada especial atenção e apoio à preservação das manifestações culturais dos povos indígenas do Estado, notadamente as do povo xucuru-kariri; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para garantir a adequada orientação na elaboração dos cardápios da merenda escolar nas comunidades indígenas, de maneira a respeitar a especificidade da alimentação desse segmento da população; seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Educação solicitando informações sobre a oferta de cursos de formação de professores especializados em educação indígena, uma vez que não foram formadas turmas no ano de 2012; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a abertura de cursos de formação de professores especializados em educação indígena em 2012; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de unificação de turmas nas escolas indígenas do Estado; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de instituição de cargo de diretor nos três núcleos escolares da comunidade indígena Pataxó: Retirinho, Imbiruçu e Sede; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade de ampliação da edificação da escola indígena da comunidade pataxó no Município de Carmésia, haja vista a alta demanda pela utilização dos espaços da escola em atividades extracurriculares; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre a elaboração e a distribuição dos materiais didáticos específicos para as comunidades indígenas, notadamente os voltados à educação infantil; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para o fornecimento de material didático voltado à educação infantil para a comunidade indígena pataxó; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a incorporação de ações sistemáticas relacionadas à educação indígena no calendário de atividades da Secretaria, visando à atualização constante dos profissionais em educação; seja encaminhado à Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai - do Ministério da Saúde pedido de providências para a realização de estudos sobre a viabilidade do atendimento em saúde aos povos indígenas do Estado que não residem em aldeias (desterritorializados); seja encaminhado à Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai - do Ministério da Saúde pedido de providências solicitando especial atenção no fornecimento de medicamentos nas comunidades indígenas do Estado; seja encaminhado à Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai - do Ministério da Saúde pedido de providências para a efetiva oferta de transporte para a atenção em saúde aos indígenas usuários do Sistema Único de Saúde - SUS - nas comunidades indígenas do Estado atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo, em Governador Valadares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2012.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Sebastião Costa - Glaycon Franco.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Rômulo Viegas e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência



informa que a reunião se destina a discutir a superlotação de Sistema Prisional do Estado, o que vem causando violações de direitos humanos dos detentos, descumprindo-se a legislação que preconiza tratamento digno aos presos, e comunica o recebimento do ofício do Sr. Hermes Leni de Almeida, encaminhando, para que sejam tomadas providências, denúncias de violações dos direitos humanos, as quais teriam vitimado seu filho Higor Gabriel Formiga Almeida, no Centro Educacional Luz Sublime, localizada em Bela Vista de Minas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Nivia Mônica da Silva, Promotora de Justiça Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Janaína de Andrade Dutra, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Cleide Aparecida Nepomuceno, Defensora Pública, representando o Sr. Emílio José Lacerda, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - Conedh; Jaqueline de Lourdes de Oliveira, advogada da Pastoral Carcerária, representando a Sra. Maria de Lourdes de Oliveira, Coordenadora Estadual; Maria Tereza dos Santos, Presidente da Associação de Amigos e Familiares da Pessoa em Privação de Liberdade; Valéria Evangelista, Conselheira do Conselho de Criminologia do Estado; os Srs. Guilherme Tinti de Paiva, Defensor Público, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Pabloneli de Souza Vidal, Superintendente de Articulação Institucional e Gestão de Vagas da Subsecretaria de Administração Prisional, representando o Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Estado de Administração Prisional; Fernando Nogueira, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando o Sr. William dos Santos, Presidente; Anderson Marques Martins Gomes Pereira, membro da Comissão de Assuntos Penitenciários da OAB-MG, representando o Sr. Adilson Geraldo Rocha, Presidente, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.016/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira em que solicita sejam encaminhadas à Corregedoria da Polícia Militar de Minas Gerais e à Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, realizada em 22/5/2012, com pedidos de informações sobre apurações e resultados processados acerca das agressões sofridas por Fernando da Silva Soares, Rafael Barros e Joviano Mayer, na Praça Floriano Peixoto, em Belo Horizonte, no dia 22/4/2012; dos Deputados Paulo Lamac em que solicita sejam encaminhadas à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, à Delegacia de Polícia de Salinas e ao Comandante-Geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 2ª Reunião Ordinária dessa Comissão, realizada em 15/2/2012, e da 12ª Reunião Ordinária, dessa Comissão, realizada em 9/5/2012, nas quais podem ser verificadas as denúncias feitas por Valmir da Costa Pereira sobre supostas ameaças que teria sofrido, sendo mandante Joaquim Neres Xavier Dias, bem como sobre questões controversas envolvendo propriedade de terras na região de Salinas, e solicita sejam encaminhados os documentos recebidos na Comissão, relativos ao inquérito policial sobre tais assuntos, e pedido de providências para assegurar a integridade física dos envolvidos; Durval Ângelo (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Uberaba, para discutir a intervenção do Poder Judiciário que impediu, através de medida liminar prolatada pelo juiz federal da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Uberaba, a discussão de temas referentes a imóvel localizado na área rural desse Município, em reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, ocorrida em 16/5/2012, tendo em vista a violação de dispositivos constitucionais, com repercussão sobre direitos humanos; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária dessa Comissão ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, ao Governador do Estado, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG e à 2ª Delegacia Distrital da Polícia Civil e à referida delegacia, seja encaminhado pedido de providências para subsidiar a apuração e agilizar as investigações sobre as denúncias de violação de direitos fundamentais de cidadãos pela Guarda Municipal e pela Polícia Militar de Belo Horizonte; sejam encaminhados pedidos de providências aos seguintes órgãos: a) ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais com vistas à realização de investimento na melhora da estrutura do Poder Judiciário e, em especial, das varas de execuções penais, visando a suprir a falta de juizes a carência de servidores e a melhorar a tecnologia da informação; à implantação do processo eletrônico na execução penal; à implantação da vara de execução penal de Belo Horizonte e Região Metropolitana; à unificação do levantamento de pena e disponibilização na plataforma "on line"; b) à Secretaria de Estado de Defesa Social com vistas à correção das falhas existentes no sistema Setarim e dos impedimentos nele lançados; à construção de unidades para cumprimento de pena privativa de direito em regime semiaberto e aberto; c) ao Governo do Estado de Minas Gerais, com vistas à realização de investimento na estrutura da Defensoria Pública do Estado, buscando o incremento do número de servidores administrativos, maior emprego de tecnologia da informação e aumento dos quadros dos defensores públicos; seja realizada visita desta Comissão ao Secretário de Estado de Defesa Social, para discutir o cumprimento da Recomendação Caocrim nº 8, de 28/2/2012, encaminhada pelo Ministério Público, requisitando a criação de 700 vagas, em déficit, no sistema prisional estadual; Rogério Correia (6) em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas dessa reunião à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à OAB-MG; sejam encaminhadas à OAB-MG e à Defensoria Pública os trechos das notas taquigráficas dessa reunião em que constam as falas dos Srs. Júlio Rodrigues dos Santos e Gustavo Henrique Pereira; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre o cumprimento da Recomendação Caocrim nº 08, de 28/2/2012, acima mencionada; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre os valores gastos para manutenção de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Estado, seja por unidade prisional, seja por interno; seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para apurar as denúncias do agente penitenciário Júlio Rodrigues dos Santos, que está à disposição da Suapi, sobre perseguição e assédio moral que estariam sofrendo os agentes penitenciários do Estado, e do agente penitenciário Gustavo Henrique Pereira, lotado no Bicas II, sobre perseguição e ameaça que vem sofrendo de processos fraudulentos e verbalizações diretas, conforme declarações de ambos contidas nas notas taquigráficas dessa reunião; sejam realizadas visitas a unidades prisionais do Estado, para avaliar a situação da execução das penas privativas de liberdade dos internos e o respeito aos



direitos humanos dos detentos; Rômulo Viegas e Duarte Bechir em que solicitam sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Ministério da Justiça as notas taquigráficas dessa reunião com pedidos de providências para avaliar a possibilidade e a pertinência de se implantarem novas unidades prisionais com condições de comportar trabalho agrícola, como forma de favorecimento à socioeducação dos internos e sua reintegração social. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Duarte Bechir. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2012.

Durval Ângelo, Presidente – Paulo Lamac – Duarte Bechir – Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 15/5/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Maria Tereza Lara e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a conhecer a rede de prevenção e acompanhamento sociofamiliar à mulher em situação de violência doméstica e sexual e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sônia França, Assessora, representando Carmen Rocha, Subsecretária de Estado de Direitos Humanos; Nívia Mônica da Silva, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos; Laurelle Carvalho de Araújo, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher; Margaret de Freitas Assis Rocha, Chefe de Divisão de Atendimento Especializado da Mulher; Eliane Sanches Silva Swerts, Assistente Social da Delegacia Especializada da Mulher; Sgt. PM Sílvia Adriana da Silva, Coordenadora do Programa de Prevenção à Violência Doméstica da Polícia Militar; Luci Diniz, Técnica de Articulação com Movimentos Sociais, representando Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para Mulheres; Teresa Cristina Damaso Gusmão, Diretora de Proteção Especial da Superintendência de Políticas de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -, representando Nívia Soares da Silva, Subsecretária de Assistência Social e Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais; Paula Jardim Duarte, Diretora do Núcleo de Penas Alternativas e Inclusão Social de Egressos - Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – Seds -; Luciana Crepaldi, Supervisora Técnica, representando Eliane Maia de Figueiredo, Coordenadora de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte; e Maria Izabel Ramos de Siqueira, Presidente do Movimento Popular da Mulher, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. A Presidência recebe documento da Sra. Nívia Mônica da Silva, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, que contém questões relevantes para aprimoramento da atuação no combate à violência doméstica. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a violência contra a mulher no Município de Ipatinga e região; e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita seja prorrogado o prazo desta Comissão, nos termos do §4º do art. 111 do Regimento Interno; e seja incluído o Relatório de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no Município de Nova Lima, encaminhado pela Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Nova Lima, no relatório final da Comissão. As Deputadas Rosângela Reis e Maria Tereza Lara retiram-se da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão (substituindo a Deputada Maria Tereza Lara, por indicação da Liderança do PT) e Sebastião Costa (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR). Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada visita à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Rosângela Reis.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)
(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. No decorrer da discussão foram apresentados ao projeto os Substitutivos nºs 1 e 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição da Emenda nº 2. No decorrer da discussão foram apresentados ao projeto os Substitutivos nºs 1 e 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição da Emenda nº 3.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA
30/5/2012****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 381/2011, do Deputado Célio Moreira, e 656/2011, do Deputado Wander Borges.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.777/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.075/2012, do Deputado Zé Maia.

Requerimentos nºs 3.077/2012, do Deputado Jayro Lessa, 3.092/2012, da Comissão de Segurança Pública, e 3.147/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E
REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/5/2012****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.035/2012, do Deputado Luiz Henrique.

Finalidade: debater, em audiência pública, a política de desenvolvimento urbano, principalmente no que se refere à verticalização dos Bairros Santa Lúcia e São Bento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.579/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 2.975, 3.048 e 3.049/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.997/2012, do Deputado Carlin Moura; 3.029/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.037, 3.038, 3.055 a 3.057, 3.063 a 3.065/2012, da Comissão de Participação Popular; 3.078 e 3.079/2012, do Deputado Marques Abreu; e 3.081/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H45MIN DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagens nºs 225 a 235/2012, do Governador do Estado.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 3.060 a 3.062/2012, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 58/2011, do Deputado Fred Costa; 2.382/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Resolução nºs 2.989 a 2.991/2012 e 2.993/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 435/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.718/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.552/2011, do Deputado Marques Abreu; 2.867/2012, do Deputado Gilberto Abramo; 2.932/2012, da Deputada Liza Prado; 3.024/2012, do Deputado Antônio Júlio; 3.026/2012, do Deputado Bosco; 3.029/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.039/2012, do Deputado Duarte Bechir; 3.053 e 3.054/2012, do Deputado Duílio de Castro; 3.092/2012, do Deputado Rômulo Viegas; 3.105/2012, do Deputado Luiz Henrique; 3.109 e 3.110/2012, do Deputado Fred Costa.

Requerimento nº 3.085/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.096/2012, do Deputado Arlen Santiago, e 3.114/2012, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 30/5/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.527/2011, do Deputado Carlin Moura, e 2.766/2011, do Deputado André Quintão.

Requerimentos nºs 3.020, 3.022, 3.023, 3.084 e 3.145/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel, e 3.054 e 3.061/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 30/5/2012, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011; 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011; e 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/5/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

João Leite, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

OFÍCIO Nº 20/2012

Do Sr. Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas, comunicando a abertura de vaga para Conselheiro desse Tribunal devido à renúncia do Conselheiro Antônio Carlos Andrada.



PALAVRAS DO SR. PRESIDENTE

O Presidente da Assembleia Legislativa, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso I do art. 235 do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no inciso XXI do art. 62, combinado com o inciso II do § 1º do art. 78, da Constituição do Estado, comunica a existência de vaga de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em virtude da renúncia do Conselheiro Antônio Carlos de Andrada.

A Presidência informa ainda que, nos termos do inciso II do art. 235 do Regimento Interno, o prazo de dez dias úteis para a inscrição dos candidatos ao preenchimento desta vaga terá início na quinta-feira, dia 31 de maio, encerrando-se no dia 14 de junho.

Mesa da Assembleia, 29 de maio de 2012.

Inácio Franco, 2º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

- Palavras proferidas na 39ª Reunião Ordinária, em 29/5/2012.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.579/2011

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Paraisópolis, com sede no Município de Paraisópolis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.579/2011 pretende declarar de utilidade pública a Fundação Educacional de Paraisópolis, com sede no Município de Paraisópolis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a manutenção de cursos de ensinos fundamental, médio e superior, bem como de pesquisa, extensão, formação profissional e divulgação científica e cultural.

Com esse propósito, a instituição mantém serviços educativos, culturais e assistenciais em benefício da comunidade; ajusta o ensino aos interesses e possibilidades dos estudantes locais; realiza atividades ligadas à educação, inclusive intercâmbio cultural com entidades congêneres; contribui para o desenvolvimento local e regional.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Fundação Educacional de Paraisópolis, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.579/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Bosco, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.932/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria da Deputada Liza Prado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a associação Ministério Móvel de Evangelismo Alcançando Vidas, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.932/2012 pretende declarar de utilidade pública a associação Ministério Móvel de Evangelismo Alcançando Vidas, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do bem-estar das pessoas necessitadas.

Com esse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza por meio do desenvolvimento econômico; promove a educação e a saúde; mantém centro de atendimento a dependentes químicos e suas famílias; incentiva a participação de seus beneficiados em cursos profissionalizantes e estágios; defende os direitos do idoso, da mulher e da criança; estimula a expressão artística, a valorização da cultura e o entretenimento social para a integração da comunidade.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela referida entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.932/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.994/2012****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**
Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Novo Cruzeiro.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.994/2012 pretende dar a denominação de Escola Estadual Maria Cândida Reis à escola estadual de Queixada, situada na Rua Principal, 82, Distrito de Queixada, no Município de Novo Cruzeiro.

Essa medida visa acolher solicitação do Colegiado daquela unidade de ensino, que aprovou, por unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do nome de Maria Cândida Reis para denominá-la.

A homenageada foi uma professora dedicada que realizou um trabalho exemplar, buscando reduzir os índices de analfabetismo naquela localidade, o que chamou a atenção das autoridades para a necessidade de autorizar ali o funcionamento de uma unidade de ensino.

Com uma atuação exemplar e consciente de seus deveres, tornou-se modelo profissional a ser seguido, principalmente no que concerne à educação, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social da população no Distrito de Queixada.

Por tudo isso, consideramos meritória a homenagem que se pretende fazer à Profa. Maria Cândida Reis, como reconhecimento da comunidade pelos serviços prestados.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.994/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Duarte Bechir, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.024/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros São Luiz e Alto São Luiz – Ambas –, com sede no Município de Pará de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.024/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores dos Bairros São Luiz e Alto São Luiz – Ambas –, com sede no Município de Pará de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo representar os moradores daquelas comunidades na luta por melhorias nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, habitação, transporte, lazer e cultura.

Com esse propósito, a instituição promove atividades que potencializam as habilidades de seus associados na busca por melhores condições de vida; difunde valores universais como ética, paz, cidadania, direitos humanos e democracia; fomenta oficinas temáticas e terapêuticas; assiste famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; realiza atividades esportivas para crianças e adolescentes; incentiva ações comunitárias como a coleta seletiva de lixo e a preservação do meio ambiente.

Tendo em vista o trabalho social desenvolvido pela Ambas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.024/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.054/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**
Relatório

De autoria do Deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Missão Urgente – ACMU –, com sede no Município de Sete Lagoas.



A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.054/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Missão Urgente – ACMU –, com sede no Município de Sete Lagoas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades nas áreas de saúde, educação, cultura e profissionalizante, em benefício de pessoas carentes.

Com esse propósito, a instituição ampara socialmente essas pessoas; fomenta a saúde preventiva; realiza ações educativas, sociais e culturais; busca a proteção da família, da maternidade, da adolescência e da velhice; incentiva a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; mantém serviço de radiodifusão comunitária; dá orientações sobre a proteção da fauna e do meio ambiente; combate a fome e a pobreza.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela ACMU, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.054/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.096/2012

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Relatório

De autoria do Deputado Arlen Santiago, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, com sede no Município de Montes Claros.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.096/2012 pretende declarar de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, com sede no Município de Montes Claros, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo contribuir para a melhoria econômica e social da comunidade onde atua.

Com esse propósito, a instituição busca conscientizar a população sobre a importância da educação para a integração social; promove atividades escolares, recreativas e de cidadania para crianças e adolescentes; incentiva o aprendizado de analfabetos e semianalfabetos; realiza cursos e palestras sobre a prevenção de doenças e do uso de drogas; luta por saneamento básico, educação familiar e integração social; combate o êxodo rural por meio do ensino de técnicas de plantio, colheita, manejo de gado e comercialização dos produtos agropecuários; oferece o acesso da população carente ao uso de tecnologia industrial, comercial e de informática; zela pela preservação do meio ambiente e pela conservação das estradas; presta assistência social e à saúde.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.096/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Romel Anízio, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.105/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Luiz Henrique, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Juazeiro, Ingazeira, Salinas, Baixão e Jurema, com sede no Município de Espinosa.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.105/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Juazeiro, Ingazeira, Salinas, Baixão e Jurema, com sede no Município de Espinosa, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo defender os direitos e interesses de seus associados.

Com esse propósito, a instituição congrega os moradores das localidades que representa; luta pela melhoria das condições de vida de seus associados; mantém serviços de assistência médica, odontológica, recreativa e educacional.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela referida Associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.105/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.109/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Bem Viver, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.109/2012 pretende declarar de utilidade pública o Clube da Melhor Idade Bem Viver, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo o desenvolvimento de atividades de lazer e cultura para pessoas com idade acima de 50 anos.

Com esse propósito, a instituição mantém programação sistemática de viagens de turismo; realiza cursos, encontros, seminários e eventos similares para entretenimento de seus associados; incentiva a prática de atividades desportivas, o condicionamento físico, passeios e aulas de dança, de acordo com seu público-alvo; promove reuniões de caráter social e cultural; fomenta a prestação de serviços voluntários; desenvolve pesquisas sobre a necessidade das pessoas da terceira idade para aperfeiçoar seus serviços.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pelo Clube da Melhor Idade Bem Viver, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.109/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.114/2012

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Corrêa, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Buqueirão – Aspprub –, com sede no Município de Buritis.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.114/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Buqueirão – Aspprub –, com sede no Município de Buritis, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo contribuir para o desenvolvimento daquela comunidade.

Com esse propósito, a instituição fomenta as atividades agropecuárias, com ênfase na divulgação de informações sobre técnicas de produção e manejo, mercado, preços e melhoria da qualidade e da produtividade; busca facilitar o acesso a mecanismos de crédito, assistência e pesquisas na área rural; incentiva a união entre seus associados; promove atividades sociais, culturais e desportivas; luta pela proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice; combate a fome e a pobreza.

Tendo em vista o importante trabalho social desenvolvido pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Buqueirão, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.114/2012, em turno único, na forma apresentada.



Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.
Fabiano Tolentino, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.311/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.311/2011, de autoria do Deputado Gustavo Valadares, que dá a denominação de Espaço Democrático Presidente Itamar Franco ao 1º andar do Palácio Tiradentes, localizado na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.311/2011

Dá denominação ao primeiro andar do Palácio Tiradentes, localizado na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Espaço Democrático Presidente Itamar Franco o primeiro andar do Palácio Tiradentes, localizado na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente – Gustavo Valadares, relator – Duarte Bechir.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.032/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.032/2012, de autoria do Deputado Fred Costa, que declara de utilidade pública o Clube Recreativo Arvoredo, com sede no Município de Contagem, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.032/2012

Declara de utilidade pública o Clube Recreativo Arvoredo, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Clube Recreativo Arvoredo, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente – Gilberto Abramo, relator - Romel Anízio.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/5/2012

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, internautas que acompanham os nossos trabalhos, ontem, pela manhã, a Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa aprovou, em 1º turno, um projeto que considero de fundamental importância: o Projeto de Lei nº 1.899/2011, de nossa autoria, que teve como relator o ilustre Deputado André Quintão. Esse projeto visa implementar, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Programa Universidade para Todos, a versão mineira do ProUni.

O ProUni tem sido um dos programas mais importantes de acesso à educação, ao ensino superior e foi iniciado no ano de 2005, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa foi continuamente mantido, no primeiro e segundo mandatos do Presidente Lula e agora pela Presidenta Dilma. Ele é um dos programas mais populares e trouxe um significado importante para a juventude brasileira, que necessita do acesso ao ensino superior. O ProUni criou, de 2005 até hoje, mais de 1 milhão de vagas nas escolas particulares, sendo 77% com bolsa integral e o restante com bolsa parcial. Qual o propósito, então, do Projeto nº 1.899/2011? Fazer uma versão mineira do ProUni para que também possamos complementar o programa, no âmbito do Estado de Minas Gerais. Há uma forte demanda pelo ensino superior. Aqueles jovens que ainda não conseguem, não alcançam uma vaga nas universidades públicas brasileiras, nas universidades federais e estaduais, precisam estudar na rede privada de ensino. Contudo, nem todos têm

oportunidade e condições socioeconômicas de fazer um curso superior em uma instituição particular de ensino. Então, o ProUni possibilita o acesso do aluno à escola privada, criando critérios absolutamente republicanos. Saímos daquela fase que existia antigamente em que, para você conseguir uma bolsa em uma instituição particular de ensino, não havia critérios muito claros, objetivos e republicanos. A pessoa dependia de uma série de fatores, conhecimento e relações. Já o ProUni, ao ser instituído, criou esses critérios. O aluno, para conseguir uma vaga no ProUni, é avaliado pelo mérito, pois ele depende da nota do Enem, e pela situação socioeconômica. Então, o governo federal, ao criar o ProUni também criou uma linha de isenção tributária para as escolas particulares e, em contrapartida, essa linha de isenção deve ser compensada pela concessão das bolsas, das vagas para esses alunos carentes. Essa é a forma mais adequada de se fazer compensação tributária. Então, a ideia do ProUni estadual é justamente esta: também criar uma linha de isenção no âmbito dos impostos do Estado para que as universidades particulares concedam essas bolsas aos nossos alunos e possamos complementar as vagas que ainda não são suficientes. O ProUni federal não dá conta de cobrir toda a demanda. Para se ter uma ideia, o Estado de Minas Gerais será contemplado pela versão federal, pelo ProUni federal, no primeiro semestre de 2012, com 19.520 bolsas, sendo 11.224 integrais e 8.296 parciais. Então, considerando a população de Minas Gerais e o número de cidades, essas 19.520 bolsas não serão suficientes para atender a demanda, especialmente no momento em que o País vive um forte crescimento econômico, com a necessidade da retomada do desenvolvimento industrial, e o jovem, o trabalhador precisa capacitar-se e ter uma formação: um mestrado, um doutorado, um curso superior ou uma formação tecnológica.

Então essas 19 mil vagas não seriam suficientes para atender à demanda. Para se ter uma ideia, no caso de Belo Horizonte, do ProUni federal há 2.646 bolsas integrais e 3.274 bolsas parciais. Citaremos uma grande cidade, Contagem, para servir de exemplo, onde estão contempladas 274 bolsas integrais e 135 bolsas parciais. Então percebemos que o programa federal, por mais importante que seja e por mais avanço que tenha, precisa de um complemento. Ao se aprovar o ProUni estadual, podemos justamente fazer esse complemento para que possamos dar mais oportunidade e para que tenhamos mais alunos cursando o ensino superior. O Projeto nº 1.899/2011 teve a feliz relatoria do grande jurista e grande Deputado André Quintão, uma relatoria favorável ao nosso projeto, que considero um dos mais importantes para que esta Casa possa agilizar a sua tramitação e para que possamos ter a versão mineira do ProUni, assim como já temos a versão mineira do Bolsa-Atleta. Acredito que essa é a forma de fazer a inclusão social e de aumentar as oportunidades para a nossa juventude.

Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado Pompílio Canavez, que, como Prefeito de Alfenas, soube muito bem valorizar três coisas que para mim são fundamentais. V. Exa., como Prefeito, soube valorizar o crescimento econômico da sua região e da sua cidade - não se tem uma cidade progressista sem o crescimento econômico - e soube implementar um programa de saúde pública dos mais conceituados do Brasil, valorizando muito o Programa Saúde da Família. V. Exa. também implementou um programa de educação bastante avançado e qualificado na sua cidade. Alfenas também é um grande exemplo do sucesso do ProUni, porque tem uma grande instituição particular de ensino com vários alunos filhos do povo, dos trabalhadores, que têm oportunidade hoje de estudar na Unifenas, uma grande instituição de ensino particular, graças ao ProUni. Se o nosso projeto de lei for aprovado e virar lei, Deputado Pompílio Canavez, poderemos aumentar ainda mais as vagas, as oportunidades para que os alunos possam estudar tanto na Unifenas como na Newton Paiva, na PUC, nas diversas instituições de ensino particular deste Estado, que são muito conceituadas.

Com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado Carlin Moura, muito obrigado pelo aparte. Conheço seu trabalho e sei da sua preocupação com a educação, especialmente em dar oportunidade aos jovens que querem e precisam estudar. O nosso país precisa, cada vez mais, que os jovens estudem para ingressarem no mercado de trabalho em condições de conseguir um bom emprego. Como o senhor mesmo disse, na minha querida Alfenas temos a Unifenas, uma universidade importante. Muitos jovens querem estudar na Unifenas, mas encontram grande dificuldade. Portanto, esse projeto de lei que o senhor apresenta vai realmente ajudar, e muito, os jovens de toda a Minas Gerais, especialmente da região do Sul de Minas, de Alfenas. Muitos procuram e às vezes não conseguem a oportunidade, porque a universidade também tem seus limites. Então, tenho certeza de que esse projeto será acatado e aprovado por toda a Casa, porque tem um alcance muito grande.

Queria também, Deputado Carlin Moura, aproveitar para parabenizar, mais uma vez, as cidades mineiras que apareceram no "ranking" da revista "Veja" da semana passada com educação municipal de ponta. De 10 cidades em primeiro lugar na educação municipal, 7 estão no nosso Estado. São Tiago, uma pequena cidade, em 1º lugar; Guaxupé, em que estive na semana passada, ficou em 2º lugar. Claro que, para atingir esses resultados, é preciso levar a sério a educação, como V. Exa. propõe em seu projeto de lei. Em Guaxupé, por exemplo, o Prefeito Roberto Luciano paga o piso de R\$1.750,00 para os professores, Deputado Carlin Moura. A merenda é de qualidade, e a estrutura das escolas é muito bem-cuidada. Parabéns todos os Prefeitos das cidades mineiras que apareceram nessa revista.

Deputado Carlin Moura, V. Exa. é pré-candidato a Prefeito de Contagem. Queria falar mais 1 minuto sobre o regime especial de tributação, que tramita nesta Casa, que diminui o ICMS. É claro que isso melhora e aumenta a produção. No entanto, diminui renda na cidade.

Agora há pouco o Deputado Rômulo Viegas falou sobre o IPI. O Estado, ou seja, o governo de Minas também está com o regime especial de tributação, que diminuirá o ICMS, favorecerá e ajudará na produção, mas penalizará os Municípios que, é claro, têm diminuição na sua receita. Mais uma vez, obrigado pela oportunidade e parabéns pelo brilhante projeto.

O Deputado Carlin Moura* - Muito obrigado, ilustre Deputado Pompílio Canavez. Essa premiação das cidades, Deputado Pompílio, é realmente algo espetacular para Minas Gerais. Aliás, na Comissão de Educação, juntamente ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Casa, na próxima terça-feira, dia 29, no Plenário da Casa, na parte da tarde, realizaremos uma reunião especial para homenagear esses Municípios que são referência no Brasil. Isto é muito importante: a educação como referência e fator fundamental do desenvolvimento. Assim, no dia 29 faremos essa reunião especial para homenagear esses Prefeitos e gestores públicos que dão



realmente um grande exemplo para o Brasil. Com muito prazer, concedo aparte a outro grande, o ilustre Deputado Elismar Prado, que tem sido um grande defensor da educação de qualidade e da música nas escolas.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. O tempo é exíguo, portanto serei breve, apenas para parabenizá-lo pela brilhante iniciativa que vem no intuito de ampliar o acesso dos estudantes ao ensino superior. Com a iniciativa do Presidente Lula – aliás, antes disso, lembro-me do movimento estudantil, em que V. Exa. sempre foi militante, assim como eu, na UNE, e cuja bandeira pela educação pública gratuita e de qualidade sempre levantamos, pela expansão do ensino superior e profissional. O ProUni realmente foi muito importante, o filho do pedreiro se tornou doutor. Além disso, venceram-se preconceitos. Muitos não acreditavam nisso. Na verdade, os alunos do ProUni que são de famílias carentes, oriundos de escola pública, mostraram ter melhor desempenho em cursos, como, por exemplo, de medicina, que é um dos mais difíceis e concorridos.

Portanto foi um grande sucesso. Milhares de estudantes tiveram acesso ao ensino superior. Com a ideia de V. Exa., a proposta apresentada teve o intuito de ampliar ainda mais esse acesso por meio de iniciativas do Estado. Espero que o governo do Estado ingresse também nessa luta, de fundamental importância. Rapidamente parabenizo a Universidade Federal de Uberlândia - UFU - que, com toda a sua autonomia, decidiu expandir seus cursos para o interior. Por exemplo, conseguimos a expansão do câmpus da UFU para as cidades de Monte Carmelo, Patos de Minas e Ituiutaba. Agora há uma discussão para levarmos para Araguari, ou seja, para vários Municípios do interior. Isso ocorre em todas as regiões do Estado e todo o Brasil. É fundamental oferecermos mais oportunidades à nossa juventude, principalmente para que tenha mais acesso ao ensino superior e profissional. Parabéns, Deputado Carlin Moura. Pode contar com o nosso apoio, empenho e nossa luta para aprovarmos essa matéria tão importante.

O Deputado Carlin Moura* - Obrigado, ilustre Deputado Elismar Prado. Inspiramo-nos no grande Ministro da Educação Haddad, do governo do Presidente Lula, que, sem dúvida nenhuma, será o próximo Prefeito de São Paulo. A propósito, ele deu uma grande lição e exemplo à frente do Ministério da Educação. Temos plena convicção de que havemos de aprovar o ProUni mineiro para pormos cada dia mais estudantes na universidade e no ensino superior. Muito obrigado. Felicito o Deputado André Quintão, relator, que foi fundamental para que o processo seguisse adiante.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde. Gostaria também de cumprimentar o Deputado Carlin Moura pela autoria de mais um importante projeto, que cria o Prouni estadual. Tive a honra de ser o relator do projeto na Comissão de Justiça. Com muita convicção, não apenas jurídica, mas também social e educacional, tive oportunidade de dar parecer favorável por entender que o ingresso do jovem, principalmente o jovem pobre, na universidade é sinônimo de cidadania e, mais do que isso, um passo estratégico para criar condições para um desenvolvimento mais humanizado no Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, gostaria de cumprimentar o Deputado Délio Malheiros pela importante proposta de emenda à Constituição, a qual também tivemos a honra de integrar como coautor e também como membro da comissão especial, que estende o ficha limpa para todos os cargos, empregos e funções públicas de todos os Poderes para servidores efetivos e ocupantes de cargos de confiança. Quero cumprimentá-lo, Deputado Délio. Foi com muita honra que integrei a comissão especial, presidida pela Deputada Luzia Ferreira, cujo relator foi o Deputado Bruno Siqueira, que analisou uma proposta que V. Exa. conduziu, iniciou, dela foi protagonista. Tivemos a honra de subscrevê-la também por considerá-la uma das iniciativas mais importantes nesta Casa.

O Deputado Délio Malheiros (em aparte) - Deputado André Quintão, costume dizer que, quando há algum sucesso em uma iniciativa nesta Casa, isso deve ser atribuído ao conjunto dos Deputados. Só tenho que agradecer a V. Exa., que muito contribuiu pela aprovação da PEC nº 32, a PEC da ficha limpa. V. Exa. fez parte da comissão. Com um voto substancial, profundo e consistente do relator, V. Exa. apoiou a ideia. Tenho de agradecer a aprovação nesta Casa, na comissão da PEC da ficha limpa, para que todo servidor que ingresse na administração pública, que faça parte dela, também tenha de ter ficha limpa, e não apenas os que estão no topo da administração, na ponta da pirâmide.

De igual modo, Deputado André Quintão, estamos torcendo para que as administrações estadual e municipal, em todos os seus níveis, também cumpram a nova lei da transparência e dê transparência total aos salários dos servidores públicos. Que isso seja uma regra do Supremo, que já a adotou a partir de hoje, e também dos Municípios, das Câmaras de Vereadores, do Ministério Público e do Judiciário. É importantíssimo que o contribuinte saiba quem está pagando e quanto cada servidor público está recebendo. Parabéns, mais uma vez agradeço a V. Exa. o apoio à PEC nº 32.

O Deputado André Quintão* - Sou eu quem o cumprimenta, Deputado Délio. Esperamos que em breve este Plenário aprove talvez uma das mais importantes propostas de emenda à Constituição nesta legislatura.

Sr. Presidente, vim a esta tribuna para dizer primordialmente que, no dia 19 de maio, o Brasil se mobilizou, aliás, todo ano isso ocorre. Essa é uma data de mobilização no combate, no enfrentamento à violência e à exploração sexual cometidas contra crianças e adolescentes.

Desde o ano de 2003, quando assumi a primeira legislatura nesta Casa na condição de Coordenador da Frente Parlamentar da Criança, temos participado de inúmeras iniciativas nessa causa, juntamente com um movimento organizado, o fórum de enfrentamento, que, tenho certeza, toca muito fundo o coração de cada mineiro, de cada brasileiro, e principalmente daqueles que têm uma relação especial com as crianças, os pais. Muitos não têm a dimensão dos milhares casos de abuso e exploração sexual que ocorrem em nosso país, em nosso Estado e muito próximos de nós.

Desde 2003, temos levantado essa bandeira com ações muito efetivas nesta Assembleia, e esse assunto ganha uma dimensão maior quando alguma personalidade ou pessoa de notório reconhecimento artístico relata uma situação específica. Foi o que ocorreu este ano, quando a Xuxa foi a um programa de enorme audiência e relatou que foi molestada sexualmente quando criança. As pessoas passam a conhecer uma realidade não revelada que, apesar de muitos denunciarem isso, ano a ano, ainda é um assunto camuflado. Essa situação de abuso e exploração sexual em Minas Gerais adquire uma complexidade ainda maior, principalmente no caso da



exploração sexual, em função de Minas ser o Estado de maior extensão rodoviária, e as rodovias serem pontos dinâmicos, móveis dessa exploração sexual. Minas é o Estado que concentra o maior número de pontos críticos.

Portanto, em Minas Gerais, onde já temos um plano estadual de enfrentamento, desde o ano de 2002, revisto depois nos anos de 2008 e 2009, é absolutamente fundamental que enfrentemos com muito vigor essa situação de barbaridade - e não tenho outro termo para usar a não ser “barbaridade social”. Para que os telespectadores tenham uma ideia, são quase 4 mil casos denunciados anualmente. Entretanto, há um percentual confirmado de subnotificação de 90%, ou seja, casos que não são revelados, como o da apresentadora Xuxa, que veio à tona muitos anos depois. Muitas vezes, principalmente no caso de abuso sexual, ele é intrafamiliar, cometido pelo padrasto, pelo tio, por parentes próximos. Então, em um cenário de quase 4 mil denúncias por ano, isso pode significar apenas 10% do total ocorrido, e para enfrentar essa situação precisamos de um trabalho conjunto.

Primeiro, é preciso haver consciência sobre a importância da denúncia: de um parente próximo, da vítima da violência e abuso sexual, do cidadão que fica sabendo por terceiros, pelo Disque 100 ou pelo Disque Direitos Humanos, o 0800311119 - aliás, peço à TV Assembleia que cada vez mais nos ajude em sua divulgação, como já tem feito -, e a denúncia junto aos conselhos tutelares, pois sem ela não há apuração. E a denúncia é anônima.

Segundo, acolhimento à vítima. Esse é um trauma que pode permanecer pelo resto da vida de um ser humano. É necessário o acolhimento adequado e, para isso, é muito importante o funcionamento, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social, os Creas. Esse trabalho vinculado do conselho tutelar, que tem que ter o apoio do poder público - o veículo para deslocamento, o telefone, o material humano, a capacitação e o sistema informatizado - com o Suas podem garantir um atendimento adequado à vítima. Precisamos de um processo investigativo ágil e humanizado. É fundamental que as provas sejam devidamente recolhidas num protocolo humanizado de atendimento.

Queria relatar que esta Assembleia, por meio da Comissão de Participação Popular, aprovou emenda que está sendo executada, junto com o Ministério Público e a Polícia Civil, na capacitação de médicos legistas, na instalação de cadeias de custódia para que, num primeiro momento, colham a prova no hospital de referência, e que ela seja válida para o processo de investigação, para que, além do trauma original, essa criança, principalmente, ou jovem não tenham de relatar duas, três, quatro vezes uma situação de drama pessoal. Além de recolher adequadamente e de maneira humanizada essa prova, é preciso haver uma punição exemplar. Para isso, é necessário agilizar o processo de julgamento dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes. O abuso e a exploração sexual são considerados crimes. Já há uma legislação adequada no plano federal referente a estupro de crianças e adolescentes em situação vulnerável. É fundamental que haja rapidez nesse julgamento.

Volto a bater naquela velha tecla: precisamos de varas especializadas para julgar crimes cometidos contra crianças e adolescentes. Esse elo está faltando em Minas Gerais. Em Minas, o Suas e os conselhos tutelares já estão implantados em quase todos os Municípios. Além disso, há conselhos de direito, uma ação efetiva do Ministério Público, uma sociedade civil organizada e uma Defensoria cada vez mais cidadã. Então reitero ao Tribunal de Justiça - e sei das dificuldades operacionais, porque as demandas do Judiciário são muitas - que seria importante darmos esse passo além.

Portanto, queria vir a esta tribuna para - mais uma vez, já que neste mês nos mobilizamos muito e essa mobilização deve ser permanente - solicitar a implantação da vara especializada. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, queria dizer também que o muito que avançamos em Minas Gerais deve-se a uma atuação efetiva da sociedade organizada, principalmente do Fórum de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual, ao qual rendo as nossas homenagens, e à ação desta Assembleia, particularmente da Comissão de Participação Popular e do conjunto dos Deputados, que, ano a ano, têm aprovado recursos para o aparelhamento dos conselhos tutelares, para o protocolo humanizado de atendimento e para a implantação do Suas, sendo parceiros na campanha Proteja Nossas Crianças.

Nessa mobilização social e neste mês, reitero, precisamos alertar mais uma vez a sociedade, principalmente no momento em que o Brasil está às vésperas de receber uma Copa do Mundo e uma Olimpíada. A exploração sexual está relacionada ao turismo sexual, ao tráfico de mulheres e crianças, ao crime cibernético, à pedofilia na internet. Terminando essa convocação para as famílias serem vigilantes na internet e dentro de suas casas, sem nenhum clima de terrorismo, mas de alerta. E alerta também para que a sociedade se mobilize e cobre dos poderes públicos um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente que possa eliminar do nosso convívio casos de extrema barbaridade e traumáticos envolvendo crianças e adolescentes. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados e público que nos assiste. Quero ler na íntegra um artigo de extrema importância da jornalista Míriam Leitão. (- Lê:): “O pálio dos atrasos. A novidade do último pacote não foi a Fazenda ajudar a indústria automobilística a limpar seu pálio dos encalhes dos últimos meses. Isso já se esperava. O espanto é que agora até o Banco Central formata medidas de acordo com o desejo das montadoras. Liberou 18 bilhões de compulsório apenas para aumentar o financiamento de veículos. Como o Banco Central sabe, essa carteira teve um aumento de 162% de atrasos acima de 90 dias nos últimos 15 meses. Se a oferta é maior do que a demanda, o preço tem que cair para que o fabricante e os revendedores se livrem do estoque, certo? Essa lei básica da oferta e da procura não funciona no Brasil quando o assunto é carro, porque se o pálio está cheio, o Tesouro abre mão de impostos.

Agora, além da política tributária, a política monetária também se curva ao desejo da indústria automobilística. Como todos sabem, esse setor é uma cadeia, e quando ele cresce ou para afeta vários outros setores da economia. Em uma emergência, como em 2008, era fácil entender o motivo que levou o governo a agir. Mas agora não faz sentido algum, principalmente porque este é o sétimo pacote do mesmo gênero que tem como centro o que as fábricas de carros querem. O governo reduziu o investimento público em 2012 em relação ao ano passado. A indústria como um todo, tem diversos problemas, alguns decorrentes do baixo investimento em infraestrutura, que onera custos em todas as cadeias. Isso é deixado de lado por mais um curativo destinado ao mesmo paciente.

“O transporte de passageiros é o grande responsável pelas emissões de gases de efeito estufa, e é ele que está sendo incentivado sem qualquer exigência feita à indústria por motores mais eficientes e menos poluentes. Que não diga o governo que o imposto cai mais



para os carros 'flex'. Isso não cola. A indústria do etanol está em crise e não tem sido capaz de atender à demanda. O que aumenta assustadoramente é o consumo de gasolina, como mostramos ontem: 72% de aumento de maio de 2009 a fevereiro de 2012.

Mesmo se a opção for incentivar o carro para puxar a economia, o governo federal tinha formas mais inteligentes de fazer, como fez o governo norte-americano. Lá, a indústria foi empurrada para o desenvolvimento de carros elétricos ou outras opções de baixo carbono. No mercado de veículos, o estoque de dívidas com atrasos nos pagamentos acima de 90 dias já está em R\$10.000.000.000,00. Há 15 meses, era R\$4.000.000.000,00. As dívidas com pelo menos 15 dias de atraso já somam R\$25.000.000.000,00. Ainda assim, o governo federal aumenta a oferta de crédito e incentiva mais a acumulação de dívidas.”

O povo brasileiro está ficando endividado. Essa abertura de crédito está comprometendo a renda das famílias. Vamos ver aonde isso vai parar. Note bem, Deputado Doutor Wilson Batista: “O endividamento sobre a renda aumentou 133% de janeiro de 2005 a fevereiro de 2012. Eram 18% da renda anual, e agora é 43%.”

Quarenta e três por cento da renda do povo brasileiro está para pagar dívidas, que estão aí sendo facilitadas a longo prazo, com crédito aberto. Aonde isso vai parar? Isso vai ser pago com o preço maior do suor do povo brasileiro.

Deputado Duarte Bechir: “A renda comprometida com o serviço da dívida já chega a 22%. O governo acha que é baixa, mas o mesmo indicador da economia norte-americana, em 2008, apontava 14%. A nossa taxa está assim, mesmo com aumento da renda, alongamento das dívidas e queda dos juros. O brasileiro está ficando com menor renda disponível pelo excesso de dívidas, e num momento em que houver dificuldade no mercado de trabalho, na hora que houver desemprego e a renda não crescer, haverá problemas, muitos problemas.

O Banco Central deveria olhar isso, mas o órgão – essa instituição bancária - está cada vez mais como uma estação repetidora do que decide o Ministro da Fazenda. Os erros de conjuntura se juntam à omissão de médio e longo prazos. Não há qualquer movimento para uma redução de carga tributária, nem mesmo para tornar menos complicado o pagamento de impostos.

Não há investimento para tornar a logística menos onerosa. Não há incentivos para a conversão da economia para o padrão de baixo carbono, que será exigido nos grandes mercados nos próximos anos. Foram dados, claro, apenas passos pequenos e temporários, na desoneração da folha salarial. O custo de insumos, como energia e comunicação é muito alto, e o governo reclama como se não fosse com ele. Juntou-se a quem reclama, mas o que eleva o preço da energia é a taxa excessiva. No caso da comunicação, o governo promete reduzir os impostos dos Estados, e não as taxas federais.

Não há, nesse pacote, nenhum sinal de que os fatores estruturais serão enfrentados, e são eles que tiram a competitividade da economia. Tanto é que mesmo com uma alta de 24% do dólar em um ano, até segunda-feira, a indústria continua com baixo crescimento. Não era, portanto, a competição com o produto importado, era a perda de competitividade por todos os gargalos já conhecidos e não enfrentados pelo Brasil, como o caso das péssimas condições das nossas estradas.”

Deputado Duarte Bechir, “O mundo vive a terceira revolução industrial. A primeira foi no século XVIII, com a mecanização da indústria têxtil; a segunda, no começo do século XX, foi liderada pela indústria automobilística, mais precisamente por Henry Ford, com a linha de montagem da produção em massa; a terceira é digital. Um número impressionante de inovações tecnológicas propiciadas pela era digital tem que estar incorporado ao modo de produção. Essa nova era terá que ser, necessariamente, de produção de baixo carbono.” E não há programas de governo incentivando essa metodologia. “O mundo se move na direção da criação de um imposto sobre carbono - um passo precursor disso foi a decisão da Europa de cobrar impostos sobre as emissões dos aviões que pousam lá. Era esse tipo de tendência que se esperava que o governo olhasse, mas ele olha só para o pátio cheio das montadoras.”

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Rômulo Viegas, nobre Presidente Inácio Franco, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, V. Exa. nos premia com esse assunto e nos dá a oportunidade de fazer uma reflexão sobre ele. O Brasil inteiro acompanhou a isenção de impostos para os veículos com até 1.000 cilindradas. Muitas pessoas não conseguem enxergar a realidade e comemoram. Mas um grupo muito maior, que não consegue enxergar de imediato essa situação, sofrerá. Esse grupo que imagina ter ganho com a redução do valor dos carros esquece-se de que os Municípios terão suas receitas diminuídas, porque o governo, ao formatar o Fundo de Participação dos Municípios - FPM - e o Fundo de Participação dos Estados - FPE -, deduz a parcela do IPI que ele retira do carro da quota que ele mandará para os Municípios.

Em linhas gerais, Presidente Inácio Franco, isso significa que os Municípios receberão menos recursos e terão mais problemas. Na formação do bolo do FPM e do FPE, o governo não divide com os Municípios aquilo que ele recebe de PIS e Cofins. Ele não dá um centavo, mas retira dos Municípios a parcela do IPI sobre a venda dos carros. Então, o governo concede uma isenção para agradar o povo em época de eleição, mas, por outro lado, provoca o empobrecimento dos Municípios. Os Prefeitos estão sem dinheiro para pagar o 13º salário dos funcionários e para manter os Municípios. Nas cidades, as pessoas cobram dos Prefeitos melhorias na saúde e na educação, enquanto a Presidente diminui o IPI dos carros. Então, as pessoas, ao saberem disso, dizem: Ah! Que beleza! Enfim uma ótima notícia do governo Federal.” O governo diminui o valor do carro, mas não vê que, de cá, o povo brasileiro pagará caro.

V. Exa. já está acostumado com esse tipo de debate nesta Casa. Portanto, sabe que somos contrários ao projeto do trem-bala, porque, antes de fazer esse esse tipo de transporte, as pessoas não terão trem para irem ao serviço, e os ônibus não andam nas avenidas. Como farão trem-bala para quem tem dinheiro e deixarão o trabalhador sem o trem urbano, o trem metropolitano? É preciso haver prioridades no governo. Não ouvi se V. Exa. informou, mas este mês houve um recorde de arrecadação. O governo federal, Presidente Inácio, arrecadou R\$92.000.000.000,00. Foi a maior arrecadação da história.

Para concluir, Deputado Rômulo Viegas, quando eu disse que V. Exa. nos premia com esse debate, é porque essa discussão precisa ser aprofundada, examinada, analisada e compreendida, porque essa questão é mais um golpe contra o povo. Para terminar, há 15 dias, a Presidente veio a Betim inaugurar algumas casas do programa Minha Casa, Minha vida. Dos recursos destinados aos Municípios, 90% vão para Municípios da base da Presidente. Por que a Presidente não veio a outra Prefeitura que não fosse a de Betim? Porque não existe. Entre os Estados brasileiros que receberam mais unidades do programa Minha Casa, Minha Vida ficamos em 21º lugar. Procurem Minas Gerais entre os cinco primeiros e verão que nosso Estado não está lá; procurem entre os 10 primeiros e verão que também não está, como não está entre os 15 nem entre os 20. Minas está no 21º lugar.



Ora, esta nossa Minas Gerais merece mais respeito, assim como o povo brasileiro! A polícia tem de ser séria e tratar o povo com mais carinho e responsabilidade. Fomos ao Rio Grande do Sul há 15 dias. O Governador de lá, que é do partido do governo federal, não consegue pagar o salário dos servidores da educação. O Brasil precisa ser levado mais a sério. A Presidente precisa deixar de fazer graça com o chapéu alheio e valorizar os Municípios e as Prefeituras, não lhes retirando o dinheiro da saúde e da educação, que irá atender a esse povo sofrido. Parabéns, Deputado. Muito obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Vale esta reflexão: quando se tomam decisões econômicas, é preciso olhar os dois lados. Não podem ser tomadas apenas medidas pontuais, como está sendo feito. O povo brasileiro tem problemas com a saúde, a educação e a infraestrutura. Deputado Doutor Wilson Batista, a competitividade passa pela infraestrutura - portos, aeroportos e estradas. Nossas Prefeituras não têm condições de honrar compromissos mínimos com o pagamento da folha. Estão todas sufocadas. Há solução, Presidente: basta rever o pacto federativo, melhorar os índices de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados. É preciso coragem e sensibilidade. O Presidente da Confederação Nacional dos Municípios fez um levantamento: os Municípios mineiros perderão R\$40.000.000,00. Isso é sério para um gestor público que quer fazer uma administração voltada para o bem-estar da população.

É deste Parlamento que solicitamos ao Congresso Nacional, aos Deputados Federais e Senadores, que façamos juntos uma mobilização mostrando que é urgente e primordial que a gestão pública brasileira se torne eficiente. Coloquem mais dinheiro nas mãos dos Prefeitos e Governadores que certamente esta Nação caminhará para o amplo desenvolvimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado* - Boa tarde. Doutor Wilson Batista, quero fazer um convite especial. No dia 25, sexta-feira, estaremos na Câmara Municipal de Uberlândia, às 9 horas, e em Uberaba, na parte da tarde, com a Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack. Essa droga é um mal que assola o Estado de Minas Gerais e o nosso país, dizima a nossa juventude e faz com que pessoas fiquem andando como zumbis. Convido a todos para participarem conosco desse encontro e agradeço desde já aos Vereadores e às Vereadoras o apoio.

Gosto de chamar a comissão de comissão da esperança, porque somente quem convive com um dependente químico conhece seu sofrimento. Muitos tentam sair, e não conseguem. Não existem clínicas de tratamento, Caps-AD, que poderiam atender os pacientes em caráter de urgência. Estou apresentando um requerimento sugerindo a implantação de consultórios para atender dependentes químicos. Isso já funcionou em Belo Horizonte por determinado tempo, mas depois acabou. Percebemos que há verdadeiras "crackolândias" no Brasil. Uma das saídas são esses consultórios, que precisam ficar nas ruas atendendo as pessoas. Os Caps-AD também são fundamentais, pois, nos períodos em que houver necessidade de internação, um local com caráter científico defende essa população doente.

Tudo é o lucro. Cada vez mais, crianças estão sendo aliciadas e viciadas. Como membro dessa Comissão, recebi várias demandas de pessoas, como a do cidadão Gerson Andrade Pereira, da cidade de Bom Repouso, no Sul de Minas. Ele nos manda vários pedidos de socorro. Tenho recebido esses "e-mails", os quais encaminharei para o nosso relatório final da Comissão, no qual as pessoas também estarão apresentando suas sugestões. Então faço esse convite.

Agora gostaria de me ater a um tema que me deixa bastante preocupada, que é a defesa do consumidor em nosso Estado. Recentemente estive fazendo uma palestra em Vitória e falava do nosso sistema de defesa do consumidor e das nossas dificuldades. Em nosso Estado, temos 853 Municípios, mas apenas 100 órgãos de defesa do consumidor. Continuamos com a campanha, aliás, a Assembleia lançou agora o Procon On-line para que as pessoas possam tirar suas dúvidas também pela internet. Esse "site" é mais um espaço que as pessoas terão para procurar ajuda na área de defesa do consumidor. Quem é que nunca teve um problema com um plano de saúde, com os telefones que não funcionam ou com sua bagagem que foi extraviada? Isso acontece todos os dias. A população não aguenta o desrespeito ao consumidor. O Código de Defesa do Consumidor é uma lei que pegou, portanto o cidadão e a cidadã agora têm de ter acesso a um local onde reclamar e buscar ajuda. Cada vez mais, precisamos que esse profissional que atende esse consumidor esteja preparado e qualificado para isso.

Sou representante desta Casa no Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público. O Fundo é composto por várias entidades: OAB, Associação de Defesa do Consumidor e, à frente da política pública no Estado de Minas Gerais, o Ministério Público. Percebe-se que também é uma campanha. O Dr. Amauri, o Dr. Jacson e todos os Promotores estão realmente preocupados com a meta da criação de Procons. Estamos juntos nessa campanha.

Minha cidade tem Procon. Deputado Alencar da Silveira Jr., tenho certeza de que na sua também tem. Espero que todos os Deputados aqui possam levar essa campanha para a sua cidade, ao seu Prefeito, solicitando, ou melhor, exigindo a criação de um Procon. Afinal, a Constituição Federal é muito clara. Apresentei um projeto nesta Casa e, em relação à defesa do consumidor, a matéria é concorrente. Isso significa que tanto pode legislar o Poder Executivo quanto o Poder Legislativo. Às vezes a matéria é um tanto quanto atípica. Falam que você não pode criar caso, no entanto, no que se refere à matéria de defesa do consumidor, matéria concorrente, como a nossa Constituição Estadual nos dá essa prerrogativa, podemos apresentar propostas e criar também o fomento para que os Municípios abram os seus Procons. Ora, Deputado Alencar da Silveira Jr., o consumidor não aguenta mais ser desrespeitado todos os dias, seja nos planos de saúde, seja no transporte coletivo, seja com os telefones, porque às vezes tem de subir em cima do telhado para falar. Quer dizer, vendem mais do podem para atender bem o consumidor.

Gostaria de conceder aparte ao meu dileto amigo, Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputada Liza Prado, quero parabenizá-la pelo assunto que V. Exa. traz aqui, pois o considero importante. Quando V. Exa. fala de Procon, gostaria que soubesse que a Assembleia de Minas saiu na frente. Tenho de lembrá-la, como também os demais Deputados desta Casa, de que criamos aqui o Procon Assembleia, que dá toda condição de reivindicação da população e que até elegeu um Deputado Estadual, o Délio Malheiros. Para quem não sabe - talvez o pessoal mais novo aqui, como V. Exa. neste mandato -, o Deputado Délio Malheiros era do Procon Assembleia, funcionário de carreira desta Casa.



Ele começou a trabalhar com uma ex-Deputada representante das donas de casa e da defesa do consumidor. Então o Procon abriu as portas para o Deputado Délio Malheiros. Ele se candidatará na próxima eleição à Prefeitura de Belo Horizonte e, se ganhar, tenho certeza de que teremos uma Prefeitura que respeitará o cidadão devido à experiência que ele tem. E respeitará muito mais o cidadão do que o atual Prefeito, Márcio Lacerda. Temos de nos lembrar disso. Aliás, já trabalhei com ele.

Para quem não sabe, eu estava com minha família em Cabo Frio, depois do segundo turno, quando recebi um telefonema do Governador Aécio Neves. Ele me disse que juntaríamos forças para eleger o Prefeito de Belo Horizonte. Disse a ele que elegeríamos como Prefeito de Belo Horizonte um moço que ninguém conhecia, um moço que havia chegado ao segundo turno aos trancos e barrancos. Perguntei a ele o que o belo-horizontino esperaria. Aécio Neves me disse que o candidato era o melhor administrador e que ficaríamos com ele. Juntamos todas as forças e vimos, no segundo turno, uma “balaiada” em cima do Prefeito do PMDB naquela hora. O Prefeito aí está, porque teve apoio do Governador Aécio Neves, porque teve a coordenação de sua campanha nas mãos da irmã do Governador, porque teve apoio de todos os partidos de governo desta Casa.

A Deputada Liza Prado* - E terá de novo, não terá?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Não sei, o PDT tem candidatura própria, o Deputado Sargento Rodrigues será o candidato desse partido. No segundo turno conto com o apoio de V. Exa. para o candidato do PDT - tenho certeza de que estaremos no segundo turno.

A Deputada Liza Prado* - Deputado Alencar da Silveira Jr., não terá jeito, porque tenho certeza de que o Marcio Lacerda ganhará. Talvez, nem haja segundo turno.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Acho que Belo Horizonte precisa pensar um pouquinho, precisa haver um compromisso muito maior hoje. Quando falo isso e falo que o Deputado Délio Malheiros explicará ao eleitor e o respeitará, é porque acho que está faltando um pouquinho de respeito com o trânsito de Belo Horizonte. Dizem que estão fazendo obras, que estão melhorando. Mas há muita coisa sendo feita no horário de “rush” para mostrar que estão trabalhando, mas essas coisas poderiam ser feitas em outro horário. Hoje passei pelas Avenidas Petrolina e Cachoeirinha. Havia obra às 8 horas da manhã, Deputada Liza Prado. Essa obra poderia ser feita de 2 às 4 horas, em respeito ao cidadão, ao morador de Belo Horizonte

A Deputada Liza Prado* - E a lei do silêncio, Deputado? Já imaginou as britadeiras funcionando de madrugada, acordando o povo?

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Não, querida, não estou falando isso. Mas acho que não precisamos começar obra no horário de pico, de 7 às 9 horas; precisamos deixar o trânsito fluir. Não estou dizendo para colocar de madrugada, não.

A Deputada Liza Prado* - Aí V. Exa. está certo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Mas no horário de pico, no horário em que o trabalhador vai para casa é falta de respeito. Isso é feito por quê? Porque estamos em época de eleição, Deputada? Isso é para mostrar que Belo Horizonte está melhorando, que Belo Horizonte melhorará. Tenho certeza de que, quando o Deputado Délio Malheiros chegar à Prefeitura - ele chegou aqui agora -, quando o Deputado Sargento Rodrigues chegar à Prefeitura, eles não farão isso, não pararão Belo Horizonte para mostrar que estamos fazendo obra. Faremos obras, mas na hora certa. Esse tipo de planejamento o mundo inteiro faz, as grandes cidades do mundo fazem. Na hora de pico não há obra na Cidade do México, por exemplo; na hora do pico o trânsito precisa fluir.

O pessoal da BHTRANS, em vez de pegar o pessoal da Polícia Militar para multar, deveria estar nos grandes cruzamentos, com uma viatura, com serviço de alto-falante para dizer: “Avante, não, vamos para frente, vamos parar.” Por que não temos isso, porque eles não estão cuidando do trânsito? Isso dá certo, Deputada, em todo o Brasil, em todo o mundo. Se V. Exa. chegar à Cidade do México, V. Exa. sabe, na hora do pico há pessoas coordenando o trânsito.

Estou dizendo isso e pedindo respeito. Tenho certeza de que, se o Deputado Délio Malheiros, que sempre respeitou o cidadão no Procon da Assembleia, for Prefeito, a partir do próximo ano teremos mais respeito ao cidadão. Da mesma forma será com o Deputado Sargento Rodrigues. Posso aqui dizer que, hoje, V. Exa. é uma pessoa que leva essa experiência, leva sua linguagem fácil para o Brasil inteiro, para todas as Assembleias que ainda não têm o Procon, mostrando que precisamos dele em cada Assembleia. Esse trabalho de V. Exa. está chegando e contagiando todo o Brasil. Muito obrigado e desculpe por ter tomado o tempo de V. Exa. Estou até com saudades suas.

A Deputada Liza Prado* - Fico feliz, Deputado. Se pudesse, daria todo o meu tempo a V. Exa. Voltarei a me inscrever para um próximo dia a fim de abordar esse assunto.

Para concluir, gostaria de dizer que estamos nessa campanha integralmente. Achamos que as Prefeituras têm de apresentar o Procon, pois o poder de polícia, de multar é do Poder Executivo. Aqui temos um Procon muito atuante. Quando vemos que não há interesse da Prefeitura de alguma localidade, incentivamos as Câmaras Municipais a montá-los.

Estamos nessa luta, aliás com um projeto de lei na nossa campanha. Agora, se não houver Procon na cidade, haverá ação no Ministério Público, e entraremos com representação.

Como conselheira, estou apresentando um projeto para que o fundo financie, por exemplo, o primeiro computador com alguns equipamentos básicos, o “kit” de legislação específica para Municípios que não têm recursos para abrir o seu Procon. Assim, como conselheira do fundo, estou apresentando esse projeto. Creio que a sociedade será favorável. Há interesse do Ministério Público, bem como contamos com a sensibilidade dos Promotores a essa campanha.

É necessário haver sensibilidade. Onde não há Procon há mercadorias de péssima qualidade, o consumidor fica mais sujeito a riscos. Então, onde não há Procon, o consumidor fica vulnerável. O Procon de Belo Horizonte tem feito um ótimo trabalho, juntamente com o Procon da Assembleia. Aproveito para parabenizar o Prefeito Márcio Lacerda pelo brilhante trabalho que tem realizado, inclusive no Procon, mas precisamos ter bons Procons como temos em Uberlândia, em Juiz de Fora e em todo o Estado para que o consumidor não fique acéfalo. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero encaminhar pela aprovação do requerimento de que se amplie o prazo de funcionamento da Comissão que investiga, dá sugestões e faz um balanço da situação das drogas, mais precisamente do “crack”, em



Minas Gerais. Essa Comissão, presidida pelo Deputado Paulo Lamac, tem um papel muito importante nesta Casa, e é preciso que ela seja prorrogada, porque, apesar de os trabalhos irem bem, há muitas questões a serem analisadas, e os problemas são muitos. A Comissão tem feito um bom diagnóstico desse enorme problema que está, não apenas na Capital de Minas Gerais, mas também em todo o Estado, no Brasil e no mundo. A questão do “crack” tornou-se algo sobre o qual necessariamente temos de nos debruçar para propor políticas públicas que apresentem soluções ou ao menos amenizem o problema. A Comissão tem trabalhado muito para isso, discutido com diversos setores e levantado as diversas interpretações que se dão ao problema, e é necessário que o Estado de Minas Gerais saia na frente, com uma política pública de prevenção contra o “crack” e de cuidado para os que já estão viciados e não conseguem reagir à convivência com o “crack”. Portanto, trata-se de uma Comissão importante.

Evidentemente, Sr. Presidente, essa Comissão trabalha muito a relação da juventude com a droga, das escolas com a droga, assunto que também já é antigo. Já houve várias comissões especiais na Assembleia Legislativa, nos diversos setores, para tratar do problema da relação da juventude com a droga nas escolas. Infelizmente, a relação da juventude com o “crack”, nas escolas, também tem sido muito prejudicial.

É necessário, e a Comissão tem feito isso, discutir a relação de como, na escola, fazemos a prevenção contra o uso da droga. Assim, em primeiro lugar quero parabenizar a Comissão e os Deputados que nela têm trabalhado. Evidentemente, sou favorável a que a Comissão tenha o prolongamento do seu prazo. Também aproveite a oportunidade para convidar as Deputadas e os Deputados, a nossa bancada, a imprensa presente, os telespectadores da TV Assembleia e o povo mineiro de maneira geral para participar, amanhã, de um debate na Comissão de Administração Pública, que discutirá o tal termo de ajustamento de gestão - TAG - feito entre o governo do Estado e o Tribunal de Contas.

O que esse assunto tem a ver com o anterior? Esse TAG que o Tribunal de Contas assinou com o governo do Estado permite que o governo de Minas não aplique o mínimo constitucional. Usei a palavra “permite”, mas quero “interpretá-la” porque, na verdade, o Tribunal de Contas não está constitucionalmente com a atribuição de permitir coisa alguma em relação à Constituição do Estado. Quem faz isso é a Justiça. Por isso gostaria que esse “permite” fosse visto com restrições. O fato é que o Tribunal de Contas assinou um TAG em que o governo do Estado, aos olhos do Tribunal de Contas, não precisará cumprir os 12% na saúde pública e os 25% na educação. Fizeram uma tabela para planejar quanto o Estado colocará de investimento nesses dois setores.

Então, no ano de 2012, posto esse termo em execução, o governo do Estado deixaria de aplicar do seu Orçamento em torno de R\$1.400.000.000,00 na educação e na saúde. Ou seja, em outras palavras, teríamos R\$1.400.000.000,00 a menos entrando nas escolas, nos hospitais, nos centros de saúde, enfim, naquelas questões básicas dos dois sistemas fundamentais postos na Constituição: educação e saúde, que, por isso mesmo, têm o seu mínimo percentual garantido na Constituição.

Estranhamente, o Tribunal de Contas assina um termo com o governo do Estado. Ele, que deveria fiscalizar a aplicação das contas, olhando e se mirando na Constituição, simplesmente assina um termo, como quem diz ao Governador: não precisa aplicar, pois o Tribunal de Contas nada fará. O Tribunal de Contas pode até não fazer, porque já está virando, nesse caso, um “tribunal do faz de conta”, e não um Tribunal de Contas. Faz de conta que não estamos vendo que o governo está infringindo as leis do Estado e a Constituição. É como se Minas Gerais se apartasse do País, da sua Constituição e fizesse um movimento separatista para aplicar menos na saúde e na educação, como se não fizesse parte da Federação nem do País.

O Tribunal de Contas simplesmente fará vista grossa. Aliás, já vem fazendo desde 2003, havendo agora um termo assinado com o governo. Venho dizendo que isso é evidentemente inconstitucional, mas ainda encontramos Deputados que vêm aqui, às vezes, para dizer: “Não, isso pode, porque é uma interpretação da Constituição, da razoabilidade”. E aí inventam um monte de coisas, como se fosse razoável não aplicar os mínimos constitucionais. É como se diz na gíria: tem doido para tudo.

Então, há Deputado que tem a coragem de vir ao microfone e defender que o mínimo constitucional não seja aplicado. Para mim, isso é nitidamente inconstitucional. Como eu não sou advogado, muito menos jurista, fico sempre a esperar a palavra dos doutores no assunto. As Bancadas do PT e do PMDB já estiveram junto ao Ministérios Públicos Federal e Estadual alertando para essa questão, e representaram para que tomassem as medidas necessárias. Hoje, felizmente, vi o Ministério Público do Estado, por intermédio da Dra. Josely, dar uma entrevista ao jornal “O Tempo” e dizer que isso é nitidamente inconstitucional, o que me parece óbvio. Se a Constituição diz que devem ser aplicados 25% para a educação e 12% para a saúde, que deve ser o que está determinado ali e o governo assina um TAG, um termo dizendo que não aplicará o mínimo constitucional, isto é evidentemente inconstitucional. Hoje a Dra. Josely, da área da saúde, teve essa coragem. Aliás é uma Promotora de coragem e não segue a cartilha do “Dr. Aeceu”. Há isto também: o Procurador do Estado já não se chama Dr. Alceu, mas “Aeceu”. Ele faz o que o Dr. Aécio manda, e há o projeto Aécio 2014. Com isso, vale tudo no Estado de Minas Gerais. É o Estado de exceção. Acho que lei aqui não vale, nem Constituição Federal, no Estado onde Tribunal de Contas e Ministério Público se aliam a um projeto de eleição de Aécio 2014. Os órgãos que deveriam estar fiscalizando se aliam.

Aliás, Deputado Alencar da Silveira Jr., ontem o Vice-Governador,

Alberto Pinto Coelho, nosso colega, teve a coragem de dizer que Minas está empenhada no projeto Aécio 2014. Ele falou como Vice-Governador do Estado. É o que o Deputado Sávio Souza Cruz sempre diz aqui: já não existe governo, existe um projeto para Aécio 2014. É descarado. A Cidade Administrativa é o comitê do Aécio. E o Tribunal de Contas e o Dr. Aeceu também.

Parabéns, Dra. Josely; parabéns ao Ministério Público, que tem independência na veia e coragem de dizer que é inconstitucional. Governador Anastasia, não se pode fazer choque de gestão com o mínimo constitucional de 12% e 25%. Está errado fazer choque de gestão, o senhor está devendo. Não se pode cortar, não se pode deixar professora sem merenda, Governador. Tem que aplicar os 25%, não pode deixar doente morrer porque o senhor não quer aplicar os 12%. A Dra. Josely teve a coragem de dizer, assim como as Bancadas do PT e do PMDB nesta Casa estão cansadas de dizer.

Amanhã discutiremos esse assunto, e espero que haja uma luz e consigamos convencer o Tribunal de Contas. Dizem que o Mauri Torres vem aqui amanhã, e eu lhe falarei: Mauri, V. Exa. agora é Conselheiro, não é mais Líder do Governo. Líder do Governo no Tribunal de Contas não existe mais, meu amigo Mauri. Vamos agora ter outra questão, outra função no Tribunal de Contas, ver as



contas do Estado. O mínimo constitucional tem que ter aplicação no Estado de Minas Gerais, não pode deixar de ser aplicado. Sr. Presidente, amanhã temos essa reunião, e vou para ela mais animado depois que vi uma mulher de coragem, como a Dra. Josely, falar na imprensa que isso é inconstitucional. Quero ver amanhã alguém que se diz jurista, advogado defender que é constitucional um termo que não aplica o mínimo que a Constituição exige desde 1988. Essa, pago para ver. Queria ver o Prof. Anastasia, famoso por entender de constituição, vir à Assembleia Legislativa dizer que é constitucional fazer um TAG desse. Duvido que ele tenha coragem de dizer. Deputados que não entendem nada e que não têm correspondência com isso podem vir aqui falar o que querem.

A Dra. Josely, a Promotora de Educação e a Promotora de Justiça de Defesa do Cidadão, as três que analisaram isso no Ministério Público, devem vir aqui amanhã - e espero que venham - para mostrar que esse ato inconstitucional não merece guarida nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, senhoras e senhores, falo depois do Deputado Rogério Correia, o maior cabo eleitoral do governo Aécio Neves. Deputado Rogério Correia, que, sem dúvida alguma, em 2014 votará no Governador Aécio Neves para a Presidência da República. O Deputado Rogério Correia, há muito tempo, em qualquer pronunciamento que faz desta tribuna, tem que lembrar do Governador Aécio Neves. Sem dúvida alguma, Sr. Presidente, ele tem que ser lembrado, sim, porque o Governador fez um brilhante trabalho. Na Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, eu falava com o Deputado Gustavo Perrella, um Deputado jovem, que tem um brilhante trabalho nesta Casa, também preocupado, como este Deputado, com o problema do "crack".

Acompanhamos na cidade de Rio Branco, no Acre, onde o índice de usuários de "crack" está muito maior do que em Minas Gerais, um belíssimo trabalho que estão realizando na Assembleia Legislativa. O governo do Estado e nós, da Assembleia de Minas, tivemos oportunidade de acompanhar a Marcha contra o "Crack" e estamos trazendo essa experiência de Rio Branco. Falava ao Deputado Dinis Pinheiro sobre essa importância, e ele entendeu perfeitamente.

Então, aumentar esse prazo agora é importantíssimo, Sr. Presidente. Quero lembrar sobre o usuário do "crack". Como dizia ao nosso Diretor José Geraldo, antigamente dizíamos: "O sobrinho do primo de fulano, que é amigo nosso, usa maconha e está mexendo com droga". Passou-se o tempo, e diziam: "O tio de um amigo nosso está mexendo com cocaína". E assim fomos crescendo. No entanto, hoje vemos que muitas famílias estão sendo penalizadas em razão do "crack", droga que está muito próxima. O telespectador que me assiste agora pela TV Assembleia, esta TV que criamos há 16 anos - aliás, no dia 30 faremos 17 anos, e haverá uma bela festa aqui -, pode ter certeza absoluta de que, na sua família, está bem próximo hoje o usuário do "crack".

Sr. Presidente, em Santo Antônio do Monte há um trabalho, Drogados contra Drogados, e uma instituição. Com o trabalho que realizamos com o Pe. Miguel, da cidade de Itabirito, houve oportunidade de entregar, por meio de emenda ao Orçamento, uma padaria comunitária. Lá estivemos também quando o Padre cedeu essa padaria ao instituto. Quem encontramos lá? O ex-Prefeito da cidade de Raposos, que aliás nos perguntou: "Deputado, V. Exa. não se lembra de mim? Fui Prefeito de Raposos". Para quem não sabe, ou melhor, muitas pessoas sabem quando ele começou, pois o acompanharam pelas matérias da TV e dos jornais. Na verdade, ele disse que começou fumando um "baseadinho", e lhe ofereceram o "crack". Salvo engano, era alto funcionário da Cemig, chegou a Prefeito com a confiança da população de Raposos e realizava um belo trabalho. Da maconha, foi um pulo para o "crack". Ele nos disse que não conseguiu parar mais e está ali fazendo a recuperação. Durante nove meses a pessoa fica nessas clínicas e só frequenta lá quem realmente está com vontade de parar, e ele estava.

Passava esse caso ao companheiro Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia, que está na Record e fará uma matéria mostrando o que está acontecendo ali dentro, onde estávamos vendo não somente ele, um ex-político, mas também jovens, homens, garotos bem criados, de 18 e 20 anos, meninos bonitos, rapazinhos, ou seja, a melhor idade.

Essa Comissão tem de ser prorrogada para solicitarmos aos governos Dilma e Anastasia e a cada um destes Deputados uma colaboração melhor para essas clínicas de tratamento, como a que existe em Santo Antônio do Monte, onde a população faz por onde e também colabora, pois sozinha ela não consegue se manter, pois o tratamento é gratuito. Nesse período de nove meses na clínica, Sr. Presidente, vemos a pessoa nascendo de novo. Aliás, não é movimento evangélico nem católico nem nada. O que existe é uma crença, que é católica. Então, os meninos ficam ali. Cada um dos telespectadores da TV Assembleia... A TV Assembleia precisa promover mais debates e mostrar a necessidade da ajuda desses espaços que não têm fins lucrativos. Na verdade, são voluntários que trabalham ali.

Então, cabe a essa Comissão acompanhar. Sugiro que faça visitas e mostre isso. O governo do Estado e o governo Dilma têm de ajudar nesse combate, na recuperação dessas pessoas, que, de uma maneira ou de outra, vão para o mundo das drogas. Começa com um baseadinho, Rogério, depois vai para o "crack". Palavras do ex-Prefeito de Raposos: "Na hora que provei a pedra, foi a hora que vi que era a melhor coisa do mundo". Ele ainda dizia o seguinte: "É a melhor coisa do mundo, esse tal de 'crack'". E está se acabando. Aqui, na Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, temos um exemplo de um ex-segurança desta Casa. Era servidor efetivo da Casa, pai de família, tratava com todos os Deputados, conheceu uma moça - a história que me contaram foi essa -, iniciou um envolvimento com ela e foi para o "crack". Estivemos lá com o Eduardo, nosso Diretor-Geral. Isso é para perceberem a seriedade da coisa. Um pai de família, que frequentava os corredores da Casa, consumiu "crack", começou a mexer com isso e se acabou. Ficou dois meses longe da família. A Casa ficou preocupada porque sabia o profissional que ele era, mas estava em situação de abandono de emprego.

A coisa está muito próxima de nós, temos filhos e amigos. Por isso, esta Casa tem de fazer o trabalho realizado, com a Assembleia e a comunidade, em Rio Branco, Acre. Temos de trazer essa experiência para cá. Temos de fazer alguma coisa, não podemos mais pensar que isso está muito longe. Hoje, está em nossas famílias. Nós, que temos filhos, que nos preocupamos com um futuro melhor para eles e para os nossos netos, temos, sem dúvida, de fazer algo imediatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente. Conto com a prorrogação dessa Comissão. Cada um dos 77 Deputados tem de fazer algo. Temos de ver experiências de outros Estados, que estão dando resultado, e dessas clínicas, que pedem a colaboração dos governos Dilma e Anastasia e de cada um dos Deputados desta Casa. Muito obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Wilson Batista* - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Ocupo esta tribuna, não apenas para solicitar a prorrogação da Comissão Especial de Enfrentamento ao Crack, mas também para propor que esta Casa crie uma comissão permanente de enfrentamento do “crack”. Sabemos que esse flagelo do enfrentamento do “crack” não é algo recente em nosso país. O “crack” surgiu no Brasil em 1989, um ano após a promulgação da Constituição. São mais de 20 anos de enfrentamento do “crack”, e nenhum resultado efetivo se obteve até hoje. Pelo contrário, o “crack”, que no início era prática de algumas poucas pessoas, nas grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje permeia todas as classes sociais. Ele não está somente nas capitais, mas também, nos Municípios, no interior, e até mesmo, entre os trabalhadores do meio rural. O “crack” disseminou-se em nosso meio de maneira epidêmica, exatamente pela letalidade, mortalidade e também pelo seu alto poder viciante.

Hoje sabemos que normalmente a pessoa inicia seu vício com o álcool, passando pela maconha e chegando ao “crack”. Este, após ser inalado, atinge o sistema nervoso central em segundos, liberando toda a substância de prazer que temos. Esse momento de euforia, de alegria, de felicidade extrema consome toda a substância que temos e que nos traz felicidade, mas em 5 ou 10 minutos, vai-se embora e ficamos sem a quantidade mínima para nos sentirmos felizes. A pessoa entra em uma profunda depressão, e somente um novo consumo a retira disso. Então há um consumo frenético. A condição necessária absoluta para continuar a ter o mínimo prazer de se manter vivo é consumindo novamente a droga. Então essa droga tem o potencial de levar a pessoa à destruição em questão de meses a anos. Estudos comprovam que a maioria dos pacientes que utilizam o “crack” estarão mortos pela própria droga ou vítimas do narcotráfico em três a cinco anos.

Hoje temos pelo Brasil afora 45 mil homicídios gerados pelo narcotráfico. O narcotráfico e o enfrentamento do “crack” foram temas de campanha presidencial em 2010, e nenhum programa foi criado no Brasil. Não temos nenhum recurso efetivamente disponibilizado para o enfrentamento desse drama que é hoje a utilização do “crack” e outras drogas em nosso país.

O governo do Estado, sensível a toda essa difícil situação das famílias, criou o programa Aliança pela Vida, que também convoca toda a sociedade religiosa e familiar para que juntos possamos enfrentar esse flagelo.

Hoje sabemos que esta Comissão tem contribuído muito em criar propostas que deem resultados para um programa de governo que venha efetivamente combater o vício das pessoas que hoje consomem essas drogas. Não basta apenas reprimir, porque isso já foi feito no Estado do Rio de Janeiro a partir de 2006, quando uma lei criou uma diferenciação entre o usuário, o pequeno traficante e o traficante. Eram previstos cuidados para aqueles que eram dependentes químicos e repressão para os considerados traficantes. Essa lei teve grande dificuldade em ser colocada em prática porque se tornou muito difícil separar quem é consumidor, quem é dependente químico e quem é traficante. Ao final de 5 anos, dobrou o número de pessoas nas ruas. Esperava-se que, com mais pessoas presas, houvesse menos drogas nas ruas, menos usuários, mas nada disso aconteceu. Quanto mais pessoas presas, mais pessoas utilizando drogas nas ruas. Percebeu-se que, a partir do momento em que uma pessoa era retirada do narcotráfico, outra a substituiu de imediato. Eram os pequenos traficantes, e os grandes nem sequer seriam presos.

Então existem diferentes formas de conduta de enfrentar hoje o “crack”, mas é preciso ouvir as pessoas, as comunidades que lidam diretamente com esse assunto, a classe médica, os psiquiatras e os psicólogos que hoje enfrentam o combate ao vício para saber o que propor em termos de investimentos e programas que deem resultados. Porque, infelizmente, nenhuma das ações colocadas hoje em nosso país obteve resultado.

Ontem, em uma audiência pública ocorrida nesta Casa para avaliar os investimentos a serem destinados ao enfrentamento do “crack”, nenhum dos convidados representantes do governo federal e do Conselho Nacional Antidrogas esteve presente para discutir se havia investimentos para se propor esse enfrentamento. Então, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje sabemos que é preciso enfrentar essa questão com muito mais seriedade, com muito mais responsabilidade e com muito mais pessoas envolvidas, porque sabemos que essa dificuldade não é apenas do Brasil. Outros países passam por essas dificuldades com condutas diferentes. Por exemplo, na Holanda há as narcossalas, onde os dependentes químicos têm um espaço para o consumo de droga, e com redução de danos, substituindo drogas mais letais por outras menos agressivas até que o paciente combata o seu vício e volte para casa totalmente livre da necessidade de usar drogas. Entretanto elas têm seus questionamentos, suas vantagens e desvantagens.

Nos Estados Unidos, há um tribunal exclusivo para o narcotráfico e os dependentes químicos. Talvez essa seja uma conduta mais humanizada de abordar a questão, porque no Brasil, na maioria das vezes em que se aborda um suspeito, o primeiro a ser parado na rua, ou seja, o filtro da abordagem de um suspeito é o pobre, aquele de estereótipo desarrumado, e nunca pessoas que estão com relógio caro, pulseira. Estes nunca são abordados como suspeitos de narcotráfico. Muitas vezes penalizamos os pobres, que são vulneráveis ao consumo da droga, e não damos a eles o tratamento humanizado que merecem para combater o seu vício.

Essas são as nossas considerações. Vamos lutar para que esta Casa tenha uma comissão permanente de enfrentamento ao “crack”, porque historicamente esse assunto é antigo e o drama não se resolverá com uma comissão de três, quatro, seis meses. Precisamos de uma comissão permanente nesta Casa para debatermos formas efetivas de enfrentar esse drama. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, é oportuno estarmos nesta tribuna para discutir e encaminhar um assunto da maior relevância, e não apenas para Minas mas também para todo o Brasil.

O Deputado Doutor Wilson, que nos antecedeu, formula-nos uma questão que podemos, com toda a certeza, colocar em discussão, valorizar a proposta de V. Exa., que tem formação em medicina e sabe muito mais que muitos Deputados o que realmente deve e pode ser feito. V. Exa. nos traz não somente a oportunidade de debater e votar hoje a prorrogação dos trabalhos da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack, mas como tornar essa Comissão efetiva, entre as demais desta Casa, possibilitando que o enfrentamento não seja temporário, que não estejamos aqui apenas determinados a estabelecer medidas provisórias, meros paliativos ou, quem sabe?, submeter aos nossos pares desta Casa e à sociedade mineira um relatório que não seja contundente, objetivo, que tenha referidas, em seu bojo, as razões que podemos tomar como medidas para corrigir o grave problema. Porque muitas vezes dizem que, quando se quer



resolver alguma coisa, estabelecem aquele debate ou aquela comissão. Cria-se uma comissão, mas na verdade aquilo não é tratado como realmente precisa. O Deputado Doutor Wilson Batista, com sua simplicidade, mas com sua capacidade, orienta-nos a estabelecer nesta Casa um debate mais sério, a formação de uma comissão permanente. O turismo é importante, e aqui tem a Comissão; a saúde é importante, e V. Exa. faz parte desta Comissão; quando os direitos humanos são ameaçados recorremos à Comissão de Direitos Humanos. Mas o assunto do “crack” é tão relevante, grave e momentoso, que esta Casa poderia premiar Minas Gerais e a nossa sociedade.

A bem da verdade, o Presidente Dinis Pinheiro, com a sensibilidade de homem público, mas de pessoa humilde, totalmente atrelada aos anseios do povo mineiro, ele que vive e viveu no seio da comunidade mais simples e que está por dentro dessa situação, poderia aceitar a possibilidade, aventada pelo Deputado Doutor Wilson Batista, de criar essa Comissão, em vez de tão somente prorrogar o seu trabalho. Tenho a certeza de que muitas mães, pais e boa parte da sociedade mineira que nos acompanha pela TV Assembleia, assim como os demais pares desta Casa têm esse mesmo sentimento, que se coaduna com o pensamento de que esta Casa deve tomar medidas que possibilitem o incremento das ações de combate ao “crack”.

O governo de Minas iniciou no ano passado um trabalho de fortalecimento das clínicas de recuperação, e colocou no ar propagandas. Lembro que uma dessas propagandas tinha como cenário o fundo de uma piscina, em que o amigo de uma jovem parecia bonito, mas ao contato mais próximo, e pela utilização da droga, tornava-se um fantasma, um bicho. Tornava-se algo diferente do ser humano, pelo olhar, pelo semblante e pela posição em que estava, acima daquela pessoa, querendo se apoderar de sua saúde, de sua vida, de seu corpo.

Isso nos traz uma reflexão que não poderia deixar de encaminhar neste momento, ao contrário de alguns que me antecederam e que se serviram deste momento para trazer a Minas e aos demais pares assuntos diferentes do “crack”. Quero deixar a nossa fala, como cidadão interiorano das Minas Gerais, vindo da região Sul, da nossa Campo Belo, que tem o convívio direto com as pessoas mais simples; como cidadão que está vendo pessoas morrendo, famílias dizimadas, mães chorando, chegando ao ponto de acorrentar seu próprio filho, de entregá-lo à polícia, de um matar o outro. Como cidadão, não poderia deixar de fazer coro neste momento com a proposta trazida pelo Deputado Doutor Wilson Batista. Repito, o Deputado Doutor Wilson Batista, moço recém-chegado a esta Casa, moço de muito valor, moço que tem sua origem na medicina, especialmente no tratamento de pacientes com câncer em nossa região do Vale do Rio Doce e de Juiz de Fora, e que chega a esta Casa com a experiência de ver pessoas em estado terminal.

Quando digo que é preciso enxergar o parlamentar na sua formação, que é preciso respeitar o parlamentar na sua condição de vida, é porque cada um de nós, quando aqui chega, por mais que pareça sem capacidade para o diálogo, ou por mais que pareça sem conteúdo, tem de ser enxergado melhor, tem de ser olhado mais internamente, melhor.

O Deputado Doutor Wilson Batista deixa-nos uma proposta importantíssima, que não será objeto tão somente de trabalho deste parlamentar. Farei ao Deputado Doutor Wilson Batista uma proposta para que ofereçamos a esta Casa, ou melhor, que ele ofereça, por meio de um requerimento, a continuidade, não a prorrogação, da Comissão de Enfrentamento do Crack.

Vimos, na Capital paulista e na Capital do Rio de Janeiro, ações mais fortes. Vão às praças públicas tirar dali as pessoas que já não estão vivendo. Elas já não vivem, estão em fase terminal. Alimentam-se de manhã, ou melhor, o dia todo de “crack”. Abandonam suas famílias, abandonam a felicidade. Perdem a vida como se já tivessem morrido, entregues ao do “crack”. Pensemos nas ações de outras Capitais.

Surge aqui em Minas Gerais, surge na Assembleia mineira, um moço que nos traz a oportunidade de criarmos nesta Casa, talvez a primeira do Brasil, uma comissão permanente de enfrentamento do “crack”. Minas Gerais já demonstrou para o Brasil ser pioneiro em muitas outras ações. É nossa a ideia da Comissão que discute a dívida dos Estados, que caminha para um desfecho altamente favorável, para o alcance de uma solução para o País. Essa Comissão teve berço em Minas Gerais.

O Deputado Doutor Wilson Batista nos oferece a oportunidade de criar essa comissão permanente e levarmos adiante a ideia de realmente enfrentarmos o “crack”. Digo, mais uma vez, para realmente enfrentarmos o “crack”. Podemos dizer a Minas Gerais que estamos enfrentando o problema, mas não com a segurança, com a capacidade e a determinação que o assunto requer. O caso é sério.

Outras questões de muita relevância debatidas nesta Casa merecem e continuam merecendo atenção dos demais parlamentares, mas o problema do “crack” tem de ser olhado com muito carinho. Precisamos tratar esse assunto com muito respeito. A Deputada Liza Prado nos ofereceu um requerimento, que parabeniza a Polícia Militar pela colaboração, por meio do Proerd, programa em que os militares vão às escolas e oferecem aos alunos noções de quanto é ruim, de quanto é prejudicial o uso de drogas, justificando as razões por que não devemos nos aproximar delas. Se criarmos nesta Casa uma comissão permanente de enfrentamento do “crack”, Minas Gerais, com toda a certeza, dará ao Brasil mais um exemplo positivo de um trabalho correto, sério, com o objetivo de melhorar a vida do cidadão.

Para terminar, Sr. Presidente, nós, do PSD, encaminhamos favoravelmente à prorrogação da Comissão de Enfrentamento do “Crack”. Faremos um requerimento a esta Casa para que tenhamos aqui uma comissão permanente até que perdure - podemos assim chamar - a desgraça na vida do povo brasileiro: o “crack”. Obrigado, Sr. Presidente.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista**

exonerando Júnia Aroni Máximo Gonçalves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
 exonerando Ricardo Barros Portes Pinto do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 4 horas;
 nomeando Bruno Barros Portes Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
 nomeando Júnia Aroni Máximo Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou os seguintes atos:

exonerando Guilherme de Moraes Filho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando Walfrido Antonio Teixeira Pires do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do PT.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriane dos Santos Silva Quintão do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando Cristina Maria Dias do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

exonerando Roberto Wagner Dias de Jesus do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Adriane dos Santos Silva Quintão para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Guilherme de Moraes Filho para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Ivonilde Maria Pimenta de Macedo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Roberto Wagner Dias de Jesus para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT;

nomeando Walfrido Antonio Teixeira Pires para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Delvito Alves da Silva Filho, matrícula 15.250-1, no período de 3 a 9 de maio 2012.

Mesa da Assembleia, 17 de maio de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (7) MAIO/2011 A ABRIL/2012	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	743.819.958,40	
Pessoal Ativo	546.943.463,32	
Pessoal Inativo e Pensionistas	196.876.495,08	
Outras despesas c/pessoal decorrentes de contratos de	0,00	



terceirização (LRF-art.18,§ 1º)		
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º) (II)	308.830.658,82	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.473.725,53	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	479.861,96	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	107.273.411,69	
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	62.057.797,87	
(-) Pensionistas (4)	1.709.933,41	
(-) Inativos(5)	133.108.763,80	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)	2.727.164,56	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	434.989.299,58	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	434.989.299,58	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		38.432.271.823,65
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		1,1318%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,2272%		855.963.558,06
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,1158%		813.150.007,24
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 22/mai/2012, 11h e 04m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 24/mai/2012, 09h e 02m		
<p>Notas: (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo: Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$299.032,72; Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$1.174.692,81.</p> <p>(2) Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002;</p> <p>(3) Contribuições previdenciárias, servidores e patronais, FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;</p> <p>(4) Despesas com pensionistas, nos termos do art. 3º da IN TCEMG nº 1, de 18/04/01, com a redação dada pela IN nº 5, de 19/12/01;</p> <p>(5) Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs 1 e 5/2001, deduzindo-se as contribuições previdenciárias dos servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG da linha "Inativos com Recursos Vinculados(3)";</p> <p>(6) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$2.727.164,56.</p> <p>(7) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.</p>		
Deputado Dinis Pinheiro - Presidente; Deputado José Henrique - 1º- Vice-Presidente; Deputado Inácio Franco - 2º- Vice-Presidente; Deputado Paulo Guedes - 3º-Vice-Presidente; Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário; Deputado Alencar da Silveira Jr. - 2º- Secretário; Deputado Jayro Lessa - 3º-Secretário; Eduardo Vieira Moreira - Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart - Diretor de		

Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro - Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I (Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011) R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (5) MAIO/2011 A ABRIL/2012	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	743.819.958,40	
Pessoal Ativo	546.943.463,32	
Pessoal Inativo e Pensionistas	196.876.495,08	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (LRF-art.18,§ 1º)	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (LRF, art. 19, § 1º) (II)	174.011.961,61	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)	1.473.725,53	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	479.861,96	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)	107.273.411,69	
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)	62.057.797,87	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)	2.727.164,56	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	569.807.996,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	569.807.996,79	
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	38.432.271.823,65	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	1,4826%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,2272%	855.963.558,06	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,1158%	813.150.007,24	
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG, 22/mai/2012, 11h e 04m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 24/mai/2012, 09h e 02m		
Notas: (1) Indenizações por exoneração de servidores de recrutamento amplo: Férias-prêmio pagas por ocasião da exoneração (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$299.032,72; Férias e adicional de férias pagos por ocasião da exoneração(elemento/item 3.1.90.94-01) - R\$1.174.692,81. (2) Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1994 a 2002; (3) Contribuições previdenciárias, servidores e patronais, FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;		



- (4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:
Férias-prêmio pagas por ocasião da aposentadoria (elemento/item 3.1.90.16-05) - R\$2.727.164,56.
- (5) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964; b) despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964.

Deputado Dinis Pinheiro - Presidente; Deputado José Henrique - 1º- Vice-Presidente; Deputado Inácio Franco - 2º- Vice-Presidente; Deputado Paulo Guedes - 3º-Vice-Presidente; Deputado Dilzon Melo - 1º-Secretário; Deputado Alencar da Silveira Jr. - 2º- Secretário; Deputado Jayro Lessa - 3º-Secretário; Eduardo Vieira Moreira - Diretor-Geral; Antoninho Rodrigues Goulart - Diretor de Finanças; Rogério Gurjão Pinheiro - Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.